



# **MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM COMO DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Inês Fonseca Leite**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitectura Paisagista**

Orientador: Mestre João Ferreira Nunes

Co-orientador: Doutor Fernando Oliveira Baptista

**Júri:**

Presidente: Doutora Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo Magalhães,  
Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de  
Lisboa

Vogais: Doutor Fernando Silva Oliveira Baptista, Professor Catedrático do Instituto  
Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de  
Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Mestre João António Ferreira Nunes Ribeiro Ferreira Nunes, Professor Auxiliar  
Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Licenciado Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq, Assistente convidado do  
Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, 2010

## AGRADECIMENTOS

II

Este trabalho, que marca o fecho de um ciclo e início de uma nova etapa, representou a oportunidade de poder desenvolver uma temática à escolha que, embora não fosse clara desde o princípio, foi-se delineando ao longo de alguns meses, com a ajuda de algumas pessoas a quem devo agradecer.

Ao Professor João Nunes, pelas conversas e aulas sempre interessantes, de *Fundamentos de Arquitectura Paisagista a Projecto 5*, que me influenciaram e levaram sem hesitação à sua escolha como orientador;

Ao Professor Fernando Oliveira Baptista, pela atenção e preocupação demonstradas nas conversas que fomos tendo, e pela reflexão gerada em temas abordados na cadeira de *Desenvolvimento Rural*, que seguramente determinaram o seguimento desta abordagem;

À Professora Teresa Pinto Correia, pela amabilidade com que me recebeu e a todos os do ICAM pela ajuda e simpatia que manifestaram;

Ao Professor Amílcar Duarte, pela longa e interessante conversa onde foi possível recolher dados históricos e partilhar opiniões sobre acções de desenvolvimento;

Aos Bago d'Uva, proprietários do terreno, pelo acolhimento em Aljezur e interesse em desenvolver um projecto para o local;

À Leonor e ao Sebastião, pelo apoio mútuo e boa disposição nesta jornada paralela;

Ao Paulo, à Laura e à Dinah, pelo apoio técnico e carinho;

À Glória e ao António pela cultura destas temáticas proporcionada durante os anos que me acolheram;

Mas acima de tudo, aos meus pais (Mila e Zé) pelo amor, apoio e compreensão incondicionais;

E à minha avó Zélia, pelos factos históricos relatados sempre ao pormenor que não descuravam datas, cujo nome não faz jus à ternura com que sempre cuidou de mim.

## ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

|   |    |
|---|----|
| <b>FIGURA 1-2.</b> DRIVE IN EM MOSTRA DE CINEMA, À NOITE (1) E AO ENTARDECER, ONDE SÃO VISÍVEIS AS MARCAS DE ESTACIONAMENTO. ....   | 3  |
| FONTE 1: <a href="http://www.wired.com/images/article/full/2008/06/drive_in_630px.jpg">HTTP://WWW.WIRED.COM/IMAGES/ARTICLE/FULL/2008/06/DRIVE_IN_630PX.JPG</a> .....  | 3  |
| FONTE 2: <a href="http://tmdarkstar.blogsome.com/images/autokino.jpg">HTTP://TMDARKSTAR.BLOGSOME.COM/IMAGES/AUTOKINO.JPG</a> .....  | 3  |
| <b>FIGURA 3-8.</b> DISPOSIÇÕES DIVERSAS NO PÁTIO PRINCIPAL DO MUSEUMSQUARTIER, VIENA.<br>FONTE: <a href="http://www.ppag.at/">HTTP://WWW.PPAG.AT/</a> .....   | 3  |
| <b>FIGURA 9.</b> REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL .....   | 9  |
| <b>QUADRO 1.</b> OS TRÊS PILARES DA PAC, APROVADOS NA CONFERÊNCIA DE STRESA, 1958.<br>FONTE: (THIRION <i>ET AL.</i> , 2003, I, P.14) .....  | 13 |
| <b>QUADRO 2.</b> PROPOSTAS E OBJECTIVOS DA REFORMA DE 1992. FONTE: (THIRION <i>ET AL.</i> , 2003, I, P.17) .....  | 15 |
| <b>FIGURA 10.</b> REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA. ....   | 18 |
| FONTE: ADAPTADO DE (THIRION <i>ET AL.</i> , 2003, II, P.32) .....   | 18 |
| <b>QUADRO 4.</b> ESQUEMA DE DIFERENÇAS ENTRE MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA E<br>MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM. FONTE: ADAPTADO DE (VEJRE, 2007, P.103) .....   | 22 |
| <b>FIGURA 11.</b> RELAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES NÍVEIS E EXPRESSÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE.<br>FONTE: ADAPTADO DE (WILSON, 2009, P.272). ....  | 24 |
| <b>FIGURA 12-13.</b> <i>QUERCUS SUBER</i> .....   | 30 |
| FONTE 12: <a href="http://nacopadasarvores.blogspot.com/2008/04/portugal-natural-sobreiro-quercus-suber.html">HTTP://NACOPADASARVORES.BLOGSPOT.COM/2008/04/PORTUGAL-NATURAL-SOBREIRO-QUERCUS-SUBER.HTML</a> . ....                          | 30 |
| FONTE 13: <a href="http://botany.csd.tamu.edu/flora/wilson/TFP/HAM/KOEHLER_MBG_254.JPG">HTTP://BOTANY.CSDL.TAMU.EDU/FLORA/WILSON/TFP/HAM/KOEHLER_MBG_254.JPG</a> .....  | 30 |
| <b>FIGURA 14.</b> <i>QUERCUS ROTUNDIFOLIA</i> .....   | 30 |
| FONTE: <a href="http://www.flickr.com/photos/question_everything/galleries/72157623045131889/">HTTP://WWW.FLICKR.COM/PHOTOS/QUESTION_EVERYTHING/GALLERIES/72157623045131889/</a> .....  | 30 |
| <b>FIGURA 15.</b> MONTADO DE SOBRO MOSTRANDO A SUA MULTIFUNCIONALIDADE COM AS SUAS TRÊS COMPONENTES: AGRÍCOLA, FLORESTAL E PECUÁRIA, NA REGIÃO DE CORUCHE.<br>FONTE: (COSTA <i>ET AL.</i> , 2007, P.17). ....                               | 32 |
| <b>FIGURA 16.</b> SOBREIRAL COM ELEVADA DENSIDADE, MONOFUNCIONAL, NA REGIÃO DE MACEDO DE CAVALEIROS.FONTE: (COSTA <i>ET AL.</i> , 2007, P.18). ....   | 32 |
| <b>FIGURA 17.</b> ESQUEMA DA MULTIFUNCIONALIDADE DO MONTADO DE SOBRO COM IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE EXPLORAÇÃO E RESPECTIVOS PRODUTOS. FONTE: (COSTA <i>ET AL.</i> , 2007, P.30), ADAPTADO DE PINTO CORREIA E VOS, 2004. .... | 36 |
| <b>FIGURA 18.</b> ESQUEMA REPRESENTATIVO DAS VÁRIAS COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....   | 41 |
| <b>FIGURA 19.</b> ADAPTAÇÃO DA CARTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.<br>ESCALA 1:10 000.....  | 49 |
| <b>FIGURA 20.</b> CARTA DE HIPSOMETRIA.....   | 50 |
| <b>FIGURA 21.</b> CARTA DE DECLIVES .....   | 51 |
| <b>FIGURA 22.</b> LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALJEZUR. FONTE: <a href="http://pt.wikipedia.org/wiki/Aljezur">HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/ALJEZUR</a> .....  | 53 |

|   |    |
|---|----|
| <b>FIGURA 23-26.</b> ALGUMAS DAS PRAIAS DA COSTA OESTE DO CONCELHO DE ALJEZUR. PRAIA DO MONTE CLÉRIGO (23); PRAIA DA URSA (24) E PRAIA DA AMOREIRA (25). SAPAL NA RIBEIRA DE ALJEZUR, AO CHEGAR À PRAIA DA AMOREIRA (26).....         | 53 |
| FONTE 23-25: <a href="http://www.1000olhos.pt/fotografia.php">HTTP://WWW.1000OLHOS.PT/FOTOGRAFIA.PHP</a> .....  | 53 |
| FONTE 26: <a href="http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2vistas_a_nao_perder/">HTTP://VISTASNAPAISAGEM.WEBLOG.COM.PT/ARQUIVO/2VISTAS_A_NAO_PERDER/</a> .....   | 53 |
| <b>FIGURA 27.</b> SERRA ALGARVIA, AO ENTARDECER. FONTE: <a href="http://www.1000olhos.pt/fotografia.php">HTTP://WWW.1000OLHOS.PT/FOTOGRAFIA.PHP</a> .....   | 55 |
| <b>FIGURA 28-29.</b> MARISCO E PEIXE, PESCADOS NAS ÁGUAS DE ALJEZUR. UMA DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES ECONÓMICAS DA REGIÃO.<br>FONTE: <a href="http://www.1000olhos.pt/fotografia.php">HTTP://WWW.1000OLHOS.PT/FOTOGRAFIA.PHP</a> ..... | 55 |
| <b>FIGURA 30-31.</b> CASTELO DE ALJEZUR. IGREJA NOVA, VISTA DO CASTELO.<br>FONTE 30: <a href="http://www.panoramio.com/photo/12146854">HTTP://WWW.PANORAMIO.COM/PHOTO/12146854</a> .....  | 55 |
| FONTE 31: <a href="http://www.panoramio.com/photo/2010844">HTTP://WWW.PANORAMIO.COM/PHOTO/2010844</a> .....   | 55 |
| <b>FIGURA 32.</b> LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE EM RELAÇÃO À VILA. FONTE: BASE GOGGLE EARTH, ADAPTADA.....   | 59 |
| <b>FIGURA 33-34.</b> CASAS EM TAIPA CAIADAS, NO MOINHO DA BERBERIA. ....  | 59 |
| <b>FIGURA 35-37.</b> CAMINHO DE ACESSO À PROPRIEDADE, PARALELO À RIBEIRA, EM TERRA BATIDA. ....   | 59 |
| <b>FIGURA 38-39.</b> VISTAS JUNTO ÀS CASAS. ....  | 60 |
| <b>FIGURA 40.</b> VISTA DAS CASAS PARA SUL, ONDE É VISÍVEL O MONTADO. ....  | 60 |
| <b>FIGURA 41-42.</b> CANAL DE REGA DO MOINHO DA CRUZ ATÉ À VÁRZEA (41). VÁRZEA DE ALJEZUR (43) .60  |    |
| <b>FIGURA 43.</b> MONTADO DE SOBRO COM MEDRONHO, JUNTO À BASE ONDE SE SENTE O EFEITO DE ANFITEATRO.....   | 60 |
| <b>FIGURA 44.</b> CARTA DE PATRIMÓNIO MATERIAL. ESCALA 1:10 000 .....   | 62 |
| <b>FIGURA 45-46.</b> VISUALIZAÇÃO ACTUAL E PROPOSTA PARA A ÁREA AGRÍCOLA. ....  | 63 |
| <b>FIGURA 47-48.</b> VISUALIZAÇÃO ACTUAL E PROPOSTA PARA A ÁREA A SUL, JUNTO AO MONTADO. ....   | 64 |
| <b>FIGURA 49.</b> VISUALIZAÇÃO DA ÁREA DE COLMEIAS.....   | 65 |
| <b>FIGURA 50-51.</b> VISUALIZAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DAS VERTENTES DA RIBEIRA. ....  | 66 |

## RESUMO

Este trabalho pretende fazer uma reflexão e desenvolver a relação existente entre a *Multifuncionalidade da Paisagem* e o *Desenvolvimento Rural*, mostrando de que forma a sua aplicação poderá ser uma mais valia, em particular, na melhoria das condições de vida das populações rurais, e em geral, no desenvolvimento rural e na criação de diferentes mercados que respondem às novas exigências dos consumidores do mundo global.

Desta forma, numa primeira parte é aprofundado o conceito de *Multifuncionalidade* aplicado à *Paisagem* e à *Agricultura*, sendo apresentado o exemplo dos sistemas de *montado* como paisagem multifuncional. Numa segunda parte é explorado o conceito de *Desenvolvimento*, inicialmente em termos gerais e posteriormente aplicado ao contexto *Rural*, apresentando o seu surgimento no panorama político actual, a evolução do mesmo e a forma como é entendido contemporaneamente.

A componente teórica deste trabalho é concretizada no último capítulo, apresentando soluções para uma pequena propriedade, anteriormente agrícola, e de *montado* na vila algarvia de Aljezur.

**PALAVRAS-CHAVE:** Multifuncionalidade, Paisagem, Agricultura, Desenvolvimento Rural, *Montado*.

V

## ABSTRACT

This essay aims to make a reflection and develop the relationship between the *Multifunctionality of Landscape* and *Rural Development*, showing how this application can be a value, in particular, in improving the living conditions of rural populations, and in general, in rural development and in creating different markets that meet the new requirements of the consumers of the global world.

This way, a first part refers to the concept of *Multifunctionality* applied to *Landscape* and *Agriculture*, being presented the example of the *montado* system as a multifunctional landscape. A second part explores the concept of *Development*, initially in general and subsequently applied to *Rural* context, introducing its emergence in the current political scenario, its evolution and how it is perceived nowadays.

The theoretical component of this essay is completed in the last chapter, presenting solutions for a small property, previously with agricultural use, and *montado* located on the algarvian village of Aljezur.

**KEY-WORDS:** Multifunctionality, Landscape, Agriculture, Rural Development, *Montado*.

## EXTENDED ABSTRACT

Over the last few decades, many authors have discussed about the expected rural development model for these areas. This debate arises as a consequence of the transformations occurring in the rural areas caused by the decreasing importance of the agriculture sector and the search for alternative economic activities. In consideration of these facts, there is a growing interest in question the long term development strategy and what component elements can enhance and improve this change.

The landscape multifunctionality, the activities diversification in rural areas and the holistic approach to management are considered as the better strategy for rural areas. To follow the proposed approach it is necessary to know the landscape and its uniqueness, and develop a quality marketing that defends and benefits the local values of the region. In the present time, the reconciliation of agriculture with other activities in the same region (handcraft, tourism, environmental activities, gastronomy) has a growing importance in an economical scenario less dependent of agriculture.

In this project, the themes addressed are related with the multifunctionality of landscape, particularly with agriculture, for its importance over the centuries in typifying the rural region. As an example, we focused on the *montado*, characteristic from the Mediterranean, as a multifunctional landscape. Moreover, the concept of *Development* was explored, firstly in general terms and after applied to the *Rural* context, discussing its appearance in the political panorama, its evolution and contemporary perception.

VI

It was pointed out new approaches to development that deviate from the relation between development and economic growth and come close to a social view. Moreover, it is also addressed here the rural patrimony (material and non-material) that characterize the rural areas, and also the reasons that justify its conservation and how this can act as a motor of development.

Finally, the principles of multifunctional management of landscape and its relation with rural development are applied to a property in Aljezur occupied by *montado* and ancient agriculture fields.

## ÍNDICE

|  |            |
|--|------------|
| <b>ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS</b>   | <b>III</b> |
| <b>RESUMO</b>  | <b>V</b>   |
| <b>ABSTRACT</b>  | <b>V</b>   |
| <b>EXTENDED ABSTRACT</b>   | <b>VI</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>1</b>   |
| <br>   |            |
| <b>01. MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM...</b>  | <b>2</b>   |
| <br>   |            |
| <b>011. MULTIFUNCIONALIDADE: O QUE É? .....</b>  | <b>2</b>   |
| <b>012. MULTIFUNCIONALIDADE: PAISAGEM E AGRICULTURA .....</b>                              | <b>5</b>   |
| 0121. PAISAGEM .....   | 5          |
| 0122. MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM.....   | 7          |
| 0123. DA MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM À MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA .....              | 11         |
| 0124. MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA.....  | 17         |
| 0125. DIFERENÇAS ENTRE MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM E MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA..... | 20         |
| 0126. O DENOMINADOR COMUM – USO DO SOLO.....   | 22         |
| 0127. O OPERADOR COMUM – GESTÃO DAS PAISAGENS AGRÍCOLAS.....                               | 23         |
| 0128. AS DIFERENTES ESCALAS DE MULTIFUNCIONALIDADE .....                                   | 23         |
| 0129. FORMAS DIRECTAS E INDIRECTAS DE EXPRESSÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE .....               | 28         |
| SÍNTESE DOS DIFERENTES NÍVEIS DE MULTIFUNCIONALIDADE .....                                 | 28         |
| <b>013. A ARTE DA MULTIFUNCIONALIDADE DOS MONTADOS.....</b>                                | <b>29</b>  |
| <br>   |            |
| <b>02. ... DESENVOLVIMENTO RURAL</b>   | <b>37</b>  |
| <br>   |            |
| <b>021. DESENVOLVIMENTO: O QUE SIGNIFICA?.....</b>   | <b>37</b>  |
| 0211. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....   | 39         |
| 0212. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÓMICO.....   | 41         |
| 0213. AMARTYA SEN, <i>O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE</i> .....                           | 41         |
| <b>022. DESENVOLVIMENTO RURAL.....</b>   | <b>43</b>  |
| 0221. UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....  | 45         |
| 0222. PATRIMÓNIO RURAL COMO AMENIDADE (COMPONENTE MATERIAL E IMATERIAL).....               | 46         |
| <br>   |            |
| <b>03. METODOLOGIA</b>   | <b>48</b>  |

|   |            |
|---|------------|
| <b>04. ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE PROJECTO: ALJEZUR</b>                                   | <b>49</b>  |
| <b>041. AMBIENTE NATURAL</b> .....  | <b>52</b>  |
| <b>042. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO</b> .....  | <b>56</b>  |
| <b>043. PROJECTO NO MOINHO DA BERBERIA</b> .....  | <b>58</b>  |
| 0431. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL.....   | 58         |
| 0432. PROGRAMA DO PROJECTO .....  | 61         |
| <br>  |            |
| <b>CONCLUSÃO: RELAÇÃO ENTRE MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO RURAL</b> | <b>688</b> |
| <br>  |            |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>   | <b>70</b>  |
| <br>  |            |
| LIVROS E ARTIGOS .....  | 70         |
| LEGISLAÇÃO .....  | 72         |
| SITES.....  | 72         |

## INTRODUÇÃO

A principal motivação deste trabalho centra-se em relacionar as temáticas de uma gestão multifuncional da paisagem com o desenvolvimento rural. Tenta-se com isto demonstrar que existe uma relação positiva entre ambos os conceitos, de forma a que, a gestão multifuncional de um espaço em meio rural, e da agricultura em si mesma, constitui a forma mais racional e consciente de proceder. Do mesmo modo, pretende-se mostrar como a versatilidade na produção de bens e serviços para diferentes sectores constitui o melhor cenário para o desenvolvimento rural e adaptação às novas transformações sociais e económicas do mercado global. Tempos de crise para um sector podem corresponder a crescimento económico de outro, dado que as respostas do mercado aos produtos sofrem oscilações. O que não pode ser descurado é o cuidado ambiental que se deve ter, e a consciência de que este é planeado a longo prazo.

O ponto de partida deste trabalho final centrou-se na intenção de elaborar um projecto que valorizasse as características próprias de uma propriedade em Aljezur, com um passado agrícola, que procurasse valorizar o património existente e constituísse um modelo de intervenção no contexto do sudoeste algarvio. A parte teórica deste trabalho pretendeu auxiliar e elaboração da parte prática, desdobrando e reflectindo sobre os conceitos de *multifuncionalidade da paisagem* e de *desenvolvimento rural*. Algumas questões foram surgindo como pertinentes a esta resolução, como: *O que fazer com as áreas de montado e antigos terrenos agrícolas deixados ao abandono? De que forma se concretizam projectualmente as acções de gestão multifuncional? De que forma essas acções têm um efeito positiva no desenvolvimento rural?*, às quais se pretendeu dar resposta.

## 01. MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM...

### 011. MULTIFUNCIONALIDADE: O QUE É?

A definição mais simples e abrangente de multifuncionalidade pode ser descrita como a concretização de várias funções num mesmo espaço. Estas funções podem ser díspares ou semelhantes, relacionando-se de uma forma mais ou menos estreita, podem ocorrer num mesmo espaço de tempo ou alternarem-se. Cada vez mais, nos países industrializados e mais populacionais, assistimos a uma necessidade de ocupação do espaço regrada, que se traduz numa optimização do espaço. Exemplo de espaços multifuncionais são, por exemplo, as **drive-in's** americanas (Figura 1-2), de dia locais de estacionamento, à noite locais de lazer onde são projectados filmes; os **restaurantes** que durante o dia servem refeições e após o jantar se transformam em salas de **convívio**, onde é possível conversar, ouvir música, ou ver uma peça de teatro; **cafés** que são ao mesmo tempo **livrarias**, ou pequenos espaços **comerciais** em bairros históricos que são transformados em **cabeleireiros** e lojas de **pronto a vestir** com peças exclusivas. No design industrial, no design de vestuário, cada vez mais se vêem produtos multifuncionais, que adquirem várias funções. Esta nova atitude decorre da preocupação crescente de optimização dos objectos/materiais e do espaço (nomeadamente nos países industrializados por nestes se colocar a questão de falta do mesmo), por uma simples razão de gestão e aproveitamento responsável dos recursos. Por outro lado, a coexistência de várias funções num mesmo espaço torna-o mais apelativo e confortável, respondendo a diferentes necessidades. Com estes exemplos de multifuncionalidade verifica-se de que forma este adjectivo e a sua versatilidade caminham paralelamente.

2

Um exemplo que na minha opinião representa bem a versatilidade multifuncional no design do espaço público e mobiliário urbano são as peças desenhadas pelo atelier PPAG Popelka Poduschka Architekten<sup>1</sup>. Para o pátio interior principal do Museumsquartier, em Viena (Figuras 3-8), esta equipa desenhou uma peça que serve tanto de banco, quando usada sozinha, como pode ser usada para construir pequenos *igloos*. Estes elementos, feitos de EPS revestido (poliestireno expandido), mostram-se bastante versáteis e confortáveis, quer de verão, quer de inverno. Durante o verão servem fundamentalmente de local de descanso, sempre ocupados por pessoas que se deslocam até este centro cultural, ou que simplesmente se deslocam até ali em passeio, dado que esta praça se encontra no centro de Viena. Nos meses mais frios, as peças são transformados em estruturas, onde é possível ouvir música, beber um café, ou assistir a uma projecção. A apropriação do espaço varia de seis em seis meses, em diferentes cores e disposições: lado a lado, em cima uns dos outros, desenhando formas geométricas ou alinhados, mediante a necessidade das actividades realizadas na praça.

---

<sup>1</sup> Ver <http://www.ppag.at/cms/index.php>



**Figura 1-2.** Drive in em mostra de cinema, à noite (1) e ao entardecer, onde são visíveis as marcas de estacionamento.  
Fonte 1: [http://www.wired.com/images/article/full/2008/06/drive\\_in\\_630px.jpg](http://www.wired.com/images/article/full/2008/06/drive_in_630px.jpg)  
Fonte 2: <http://tmdarkstar.blogspot.com/images/autokino.jpg>



**Figura 3-8.** Disposições diversas no pátio principal do Museumsquartier, Viena. Fonte: <http://www.ppag.at/>

Desde os tempos primórdios que o Homem sempre foi multifuncional. A realização de várias tarefas surgiu como inata de adaptação, como resposta à necessidade de resolver tarefas quotidianas. Mais tarde, passou-se para uma especialização em profissões, mas mesmo aí, um homem rural desempenhava pequenos concertos nos seus instrumentos, sabia um pouco de vários ofícios, desde a carpintaria e mecânica, à electricidade, passando pela jardinagem. Coisas mais ou menos simples que por iniciativa e necessidade de se desembaraçar ia aprendendo e aperfeiçoando. Era um Homem completo, no sentido de que percebia e desenvencilhava-se um pouco em cada domínio que fosse preciso, respondendo às necessidades imediatas.

Mesmo os animais que criava não eram bons numa função em particular, faziam de tudo! Davam algum leite, alguma lã ou pele, ajudavam nos trabalhos pesados da vida do campo e no final da vida, davam carne. Não eram como hoje vacas leiteiras, especialmente seleccionadas por darem mais leite, ou aves criadas com o único propósito de servirem de carne, ou de produzirem ovos para outras aves que servirão de carne; ou raças bovinas seleccionadas pela qualidade da sua carne.

Os terrenos agrícolas produziam de tudo um pouco, de tudo o que era preciso para os alimentar e produzir algum excedentes para vender de forma a obter outros géneros. Hoje, a generalidade desses terrenos surgem especializados na produção de um produto específico, que levam ao expoente o uso *monofuncional* instituído pelo modelo económico de desenvolvimento do mundo industrializado.

Da necessidade de realizar várias tarefas num mesmo espaço, de melhor aproveitamento do mesmo, e da gestão racional dos recursos disponíveis surge o conceito de *multifuncionalidade*. Na paisagem, um exemplo que demonstra a diversidade de actividades susceptíveis de se realizarem são os *montados*. Desde a sua génese que múltiplas funções a ele estavam associadas, numa exploração equilibrada que respondia às necessidades do Homem, em que as diversas acções desenvolvidas se compensavam, não sendo todas exploradas até ao seu limite. Do ponto de vista histórico-social, o uso monofuncional da terra em nada reflecte o carácter multifacetado da acção humana. Dada a relevância que este sistema agro-silvo-pastoril representa na reflexão deste conceito e no desenvolvimento da componente prática deste trabalho, são apresentadas num subcapítulo mais à frente características específicas deste sistema que nos ajudam a compreender melhor a sua importância

Da capacidade de exercer múltiplas funções surge uma maior diversidade, quer ao nível biológico, cultural, identitário, quer ao nível de realização pessoal por serem possíveis de executar acções diversas, bem como uma maior flexibilidade e adaptabilidade a novas situações.

Hoje em dia caminhamos para um mundo de especializações, onde desde as profissões, cursos superiores, e outros, se tornam mais específico, encerrando os limites de actuação do indivíduo. As práticas agrícolas caminharam, até há pouco mais de uma década, no sentido de se tornarem mais produtivas e especializadas, não olhando a meios, ou não medindo as consequências de certos actos de forma prudente, consciente e ética. Numa pecuária intensiva os animais de criação

já não desempenham de tudo um pouco numa herdade. São mantidos quase sempre por uma função concreta, ou são produtores de carne, ou de leite, ou ajudam nos trabalhos árduos, executando quando muito duas funções.

## 012. MULTIFUNCIONALIDADE: PAISAGEM E AGRICULTURA

Após a introdução de uma reflexão sobre o conceito de *multifuncionalidade*, pretende-se neste primeiro capítulo fazer uma recolha dos termos mais abordados ao longo das seguintes páginas e mostrar a relação existente entre *paisagem* e *agricultura*, e a abordagem do conceito de *multifuncionalidade* aplicado a estas duas.

### 0121. PAISAGEM

“A paisagem é sempre um sem fim de evocações”  
(Álvaro Domingues, *Duas Linhas*)<sup>2</sup>

A frase de Álvaro Domingues acima citada não podia estar mais correcta, e para abordar estes conceitos mostra-se pertinente fazer uma recolha das mais diversas e gerais definições dos termos, abrangendo os mais distintos campos semânticos.

5

Paisagem surge referida nas mais diversas áreas, ora é objecto de estudo da ecologia, arquitectura, biologia, geografia, urbanismo, ora associada à arte e à fotografia, ora surge ao nível político e legislativo onde se procura encontrar uma definição geral que englobe todas estas abordagens. Este facto demonstra a versatilidade que este termo pode ter, sendo substantivo em diversas aplicações, algumas aparentemente tão díspares. Ao mesmo tempo, o uso generalista leva à sua banalidade e desgaste, para que muitas vezes não se perceba a conceptualização inerente ao mesmo. Por estas razões é imperativo que se esclareça ao que nos referimos quando dizemos *Paisagem*.

Derivado do francês *paysage* (séc. XVI)<sup>3</sup>, o conceito referia-se inicialmente a uma composição que descrevia um cenário, parte do território, natural ou construído, num lance de vista. A arte parece ter tido durante o Renascimento uma determinante influência na construção desta *imagem-paisagem*, sendo o termo “*paisagista*” descritivo de pintores de paisagem. No entanto, o termo assume maior relevância quando, no século XVII, a Paisagem Rural se assume como tema central representado pela pintura (MAGALHÃES, 2001). A viragem para o século XX, com os novos conhecimentos

---

<sup>2</sup> In (DOMINGUES, 2009, p.24)

<sup>3</sup> In Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.

científicos da ecologia, veio marcar uma passagem da percepção visual para a compreensão desta na sua globalidade, como resultado de factores ambientais e sociais. Neuray, citado por Magalhães, afirma que “o estudo da paisagem deve necessariamente ultrapassar a fase de contemplação para se alargar à compreensão daquilo que se vê” (MAGALHÃES, 2001, p.51).

Hoje este conceito é associado à relação do Homem com o território, significando o termo “*paisagem*” o entendimento do meio físico através do peso que se atribui à percepção. Girardi afirma mesmo que “a paisagem resulta do encontro de um determinado ambiente com um determinado sujeito que o percebe” (GIRARDI, 1983, p.129). No mesmo seguimento, Nunes refere que paisagem é o resultado do “processo de transformação dessa realidade que nós vemos do qual essa imagem é única e exclusivamente a manifestação final, de cada momento, de cada fotograma do processo de transformação”, e do “sistema de descodificação, o processo de leitura e de interpretação que cada um de nós, individual ou colectivamente faz” (NUNES, 2009)<sup>4</sup>. Prevalece por isso uma **realidade material**, física de descodificação de sinais, marcas, *pegadas*, que se sobrepõem ao longo do tempo. E também, de uma **realidade subjectiva**, produto de uma interpretação colectiva. É de salvaguardar, que mesmo uma interpretação individual resulta de uma construção social e cultural, resultado dos conhecimentos adquiridos e valores estéticos de apreciação, da qual não é fácil o sujeito se distanciar e ser imparcial.

Como refere Magalhães, referindo-se a Bernáldez, um factor determinante na subjectividade é a formação que um indivíduo tem. Deste modo, sendo Paisagem um conceito interpretativo, próprio ou culturalmente, abarca definições que variam com a subjectividade do observador. Assim, como exemplo, para um observador de formação ecológica, a paisagem é entendida como a “percepção sensorial do ecossistema subjacente” (cit. in MAGALHÃES, 2001, p.51); para um observador da estética ou literatura, paisagem é “a porção de espaço que se abrange com um lance de vista”. Da mesma forma que para o arquitecto, “paisagem é ou o espaço que se vê, na acepção mais reduzida do termo, ou, na maior parte dos casos, refere-se ao espaço não-edificado, por contraposição ao espaço edificado” (MAGALHÃES, 2001, p.52).

Caldeira Cabral definia os conceitos de Paisagem Natural e Paisagem Humanizada. Para este Arquitecto Paisagista, Paisagem Natural é o “resultado da interacção exclusiva dos factores físicos e bióticos, anteriores à acção do Homem”, o que nos nossos dias é um conceito utópico, sem representatividade real, pois corresponderia a uma *paisagem intocada*. Por outro lado, a Paisagem Humanizada é aquela que resulta “da acção multissecular, contínua ou intermitente, do Homem sobre a Paisagem Natural, apropriando-se e modificando-a a fim de a adaptar pouco a pouco às suas necessidades, segundo o que a sua experiência, o seu conhecimento e a sua intuição lhe foram ensinando, experiência transmitida de geração em geração” (ABREU *et al.*, 2002).

Teresa Pinto Correia defende que Paisagem “deve assim ser entendida simultaneamente como uma realidade física e biológica e uma construção social e cultural, sendo assim considerada de forma diferente por diferentes disciplinas” (CORREIA, 2007, II, p.5).

---

<sup>4</sup> In *Território e Paisagem*, RTP2, Câmara Clara, nº152, 22 de Novembro 2009.

Para o Arquitecto Paisagista, paisagem é o objecto de intervenção e por isso a definição de um conceito é pertinente e necessária à compreensão do seu domínio. Para este, essa *substância* é “entendida como uma realidade ecológica, corporizada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (se considerado antes de qualquer intervenção humana), no qual se inscrevem elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura” (MAGALHÃES, 2001, p.50), a que designamos *Paisagem Cultural*.

É sobre uma *Paisagem Cultural Rural* que a temática deste trabalho se centra, procurando na reflexão teórica fazer a aproximação ao contexto projectual.

## 0122. MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM

Diferentes concepções de Paisagem implicam diferentes significados de multifuncionalidade associada à mesma. Ciências como a ecologia da paisagem, apoiam-se na observação e análise de unidades espaciais heterogéneas - as *paisagens*. Esta ciência possui o seu fundamento no estudo das razões que estão por trás e nas consequências das variações das paisagens. Por outras palavras, trata-se de heterogeneidade estrutural e heterogeneidade funcional. Tomando esta abordagem, todas as paisagens serão multifuncionais por definição (VEJRE, *et al.*, 2007), pois uma paisagem é sempre a composição de diferentes unidades heterogéneas, num sistema de múltiplas leituras que variam com o observador. No entanto, verifica-se uma crescente procura de projectos em meio rural e de diversificação das actividades que este oferece. Em boa parte, estas actividades relacionam-se com a agricultura, a silvicultura e a pastorícia, pois foram estas acções mais marcantes que o Homem imprimiu nestas paisagens e as fez *Culturais*, o palco das suas actuações.

O espaço rural tem vindo a sofrer significativas transformações ao longo das últimas décadas a um ritmo mais acelerado do que até então se tinha verificado. Estas mudanças surgem com diferente intensidade e tomam diferentes direcções consoante a região onde se inserem. Surgem como consequência directa de alterações que ocorrem relacionadas com as actividades económicas, tais como a concentração e especialização do sector agrícola, e deste modo o uso do solo, e a concentração de outras actividades que vão tendo lugar. Estas modificações têm repercussão ao nível social, resultando em deslocações de pessoas e actividades que se aglomeram em centros urbanos e deixam vazio o meio rural. (Woods, ref. *in* CORREIA, 2007, I, p.1).

Da noção de **espaço**, devemos agora falar em **Paisagem Rural**, acrescentando desta forma a dimensão afectiva e sensorial que condiciona preferências e atitudes dos vários utilizadores e portanto fundamental à compreensão integrada das funções e da sua interacção.

Durante o período de industrialização da agricultura e das florestas, o uso monofuncional do solo era, em geral, a estratégia de desenvolvimento aplicada e a mais economicamente eficiente. No entanto, a monofuncionalidade da paisagem implicou quase invariavelmente acções em grandes

extensões de terreno que pouco contribuíram para sinergias positivas entre potenciais funções da paisagem. Por *função* entende-se a utilização e capacidade de resposta que a paisagem tem, face às necessidades, procuras e objectivos da comunidade.

Nos anos 90, começou a dar-se maior importância ao carácter multifuncional da paisagem, muito porque os problemas ambientais das zonas rurais foram relacionados com a segregação de funções e erradicação de outras actividades que não as de produção nas áreas agrícolas (ref. *in* VEJRE *et al.*, 2007, p.97). O resultado prático destas acções anteriores resultou numa paisagem monofuncional, arquétipos de agricultura industrializada.

A dinâmica da *paisagem rural* continua ligada ao sector agrícola e florestal no entanto, com a perda de importância económica e social da agricultura face aos processos de globalização, esta “já não unifica a sociedade rural com a totalidade do espaço não-urbano – surge uma questão de espaço, que já não pertence à agricultura e que já não garante a vitalidade da sociedade rural” (Baptista, cit. *in* CORREIA *et al.*, 2006, p.6).

Paralelamente, a procura social de funções diversas suportadas pela paisagem rural tem vindo constantemente a crescer e, o espaço que anteriormente era essencialmente de produção tem vindo a transformar-se em espaço de consumo. Mesmo que o uso do solo continue agrícola nalgumas situações, a agricultura é cada vez mais apenas uma das actividades do mundo rural, e as próprias famílias agrícolas dependem cada vez menos do rendimento directo da agricultura. A estas mudanças surge também a necessidade de encontrar novos usos e funções da paisagem rural. Utilizar o conceito de multifuncionalidade do ponto de vista analítico “significa avaliar que funções são suportadas por uma determinada paisagem, num determinado tempo, e de que forma essas funções se potenciam mutuamente ou estão em conflito” (CORREIA *et al.*, 2007, p.3).

A definição de multifuncionalidade como um atributo do espaço rural é muito mais abrangente do que a assunção do conceito relacionado apenas com o sector agrícola, pois em boa parte, baseia-se na reinterpretação da agricultura para o conjunto da paisagem e o desenvolvimento rural. Por outro lado, demonstra também a compreensão da mudança económica que o rural passa a ter. Hoje, já não é a agricultura o sector que suporta a economia rural, mas antes todas as actividades da economia rural a fornecerem as bases que suportam a agricultura (Potter, ref. *in* CORREIA, 2007, I, p.2). A tónica que reside no espaço rural actual refere-se agora à exaltação de funções que correspondem às expectativas da sociedade (BAPTISTA, 2007/2008, I)

A multifuncionalidade da paisagem rural depende muito directamente das marcas que o Homem ao longo dos séculos foi deixando, visíveis nas práticas do uso do solo, nas formas culturais específicas de cada região ou nos engenhos construídos e adaptados a cada função particular. As relações funcionais do passado especificam uma História, são um registo do tempo e são estes que chegam até aos nossos dias mas, ao mesmo tempo diluem-se numa nova realidade. As paisagens

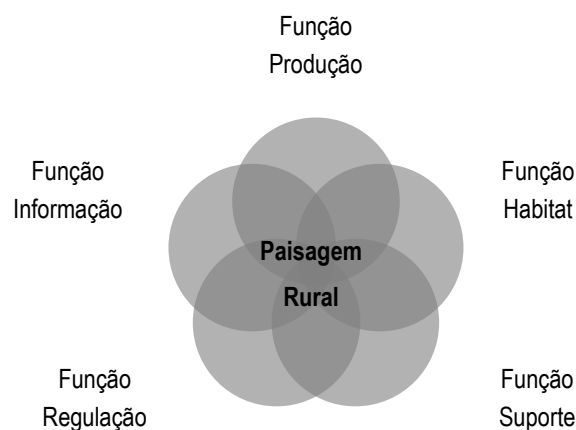
actuais deixam de ser relevantes unicamente para a comunidade que dela vive, mas passam a sê-lo também para todos que a utilizam ou que com ela se relacionam, até mesmo para aqueles que o fazem através dos novos modelos de globalização, sem até ela se deslocarem, ao consumirem produtos típicos regionais.

É esta multifuncionalidade da paisagem que se espera no futuro, que responde a várias funções e a vários tipos de utilizadores. São eles os proprietários e os agricultores que cultivam as terras, turistas, amantes da natureza ou visitantes que procuram outro tipo de lazer, os novos habitantes que procuram uma qualidade de vida diferente da das cidades, os que já lá viveram e voltam a essas populações, ou aqueles que desenvolveram uma actividade económica relacionada com a paisagem, mas também os que têm o poder de decisão sobre o meio rural.

Ao mesmo tempo, a paisagem rural possui também as funções de conservação, qualidade dos recursos naturais, equilíbrio ecológico, recreio e lazer e preservação da identidade cultural. Correia, fazendo referência à Convenção Europeia da Paisagem, salienta que esta "constitui o pano de fundo da qualidade da vida das populações, pois reflecte a diversidade da sua herança cultural, ecológica e socioeconómica", fundamentos da identidade local e regional. Como tal, "o papel predominante da paisagem na identidade e bem-estar das populações tem de ser respeitado nas medidas para a sua gestão" (CORREIA, 2007, II, p.5)

9

Desta forma, as funções da Paisagem Rural, palco de todas as actividades que se desenvolvem neste meio, podem separar-se em cinco (ver Figura 9) (DE GROOT, 2006):



**Figura 9.** Representação esquemática da Multifuncionalidade da Paisagem Rural  
Fonte: adaptado de (DE GROOT, 2006)

- **FUNÇÃO DE REGULAÇÃO**

Este grupo refere-se à manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas de suporte à vida, ou seja, à capacidade que os sistemas da paisagem têm de regular todos os seus processos e ciclos geoquímicos (ciclo do carbono, do azoto, da água, por exemplo). Desta forma o sistema regenera e recupera de danos sofridos, mantendo e permitindo a vida na Terra, estabelecendo pré-condições para as outras funções. Estas funções dizem respeito à regulação climática dos recursos hídricos e à conservação do solo.

- **FUNÇÃO DE SUPORTE**

Grande parte das actividades humanas requerem espaço e um substrato com alguma qualidade que lhes suportem as infra-estruturas associadas. Assim, estas funções de suporte envolvem muitas vezes uma transformação permanente nas paisagens. Mas, para que o sistema evolua e se regenere, o uso destas funções terá de se realizar dentro dos limites naturais de cada sistema, implicando este facto um uso não desmesurado ou que vá além das suas capacidades de carga. Isto diz respeito em termos de ordenamento do território à disposição das infra-estruturas, como a habitação, a indústria, os acessos e o turismo.

- **FUNÇÃO DE HABITAT**

Os ecossistemas existentes na paisagem constituem os habitats para a flora e fauna e promovem refúgio para esta última, contribuindo desta forma para a conservação da diversidade biológica e genética. Como o próprio termo indica, as funções de habitat dizem respeito às condições espaciais necessárias que suportam a biodiversidade e os processos evolutivos, específicas de cada ecossistema.

- **FUNÇÃO DE PRODUÇÃO**

As paisagens são fonte de recursos para as acções directas de produção do Homem, quer se trate de bens alimentares, energia ou recursos naturais, (produção agrícola, florestal, exploração de inertes) ou de matérias-primas transformadas noutros produtos.

- **FUNÇÃO DE INFORMAÇÃO**

Tendo a evolução do Homem tomado lugar em paisagens, estas foram adquirindo formas culturais, constituindo como que um sistema de referência que contribui para a manutenção do bem estar humano ao promover oportunidades de reflexão enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo e apreciação estética. Isto através de actividades de recreio, cultura e de educação.

Estas funções adquirem importância relativa, mediante a valorização dada pela sociedade ao responderem às necessidades do Homem, constituindo os *bens* (removíveis) e *serviços* (não removíveis) produzidos pela paisagem rural. Umas são privadas e designam-se por *comodidades* (commodities), são comercializáveis, tais como as que resultam em produção agrícola e florestal, outras são *públicas* (amenities), sem valor no mercado ou sem resposta satisfatória por parte deste, como a conservação do ambiente e recursos, recreio, identidade, património rural, entre outras (OCDE, 2001).

Embora a reflexão ao nível internacional, por parte da OCDE<sup>5</sup>, sobre a multifuncionalidade resida ao nível da agricultura, para a paisagem levantam-se as mesmas questões. Os sistemas de uso em função dos interesses de produção foram os motores da gestão das paisagens. Desta forma, analisar a paisagem pressupõe, por um lado avaliar a procura de todos os tipos de funções e, por outro, perceber de que forma essas funções da paisagem se articulam entre si, como evoluem no sistema dinâmico que a compõe. (CORREIA, 2007, I)

Neste trabalho, aborda-se o conceito de *multifuncionalidade da paisagem* como a coexistência de diversas funções no mesmo espaço e no mesmo tempo, segundo as suas capacidades e a uma escala determinada, que respondem às necessidades da comunidade, a partir das quais se podem realizar actividades. Desenvolve-se este conceito relativo a uma *Paisagem Cultural Rural*

11

## **0123. DA MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM À MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA**

Desenvolver os conceitos de multifuncionalidade agrícola e multifuncionalidade da paisagem não faria sentido sem também explicar a importância que a agricultura tem no meio rural.

As paisagens rurais são Paisagens Culturais, que devem a sua transformação às acções que o Homem foi desenvolvendo em busca de recursos, e uma boa parte à agricultura. Foi esta que permitiu que o Homem se fixasse num território, deixando de ser recolector e desse início ao mundo civilizacional. Se é verdade que não existiria agricultura sem antes ter havido uma paisagem virgem, intocada, também o é que, não existe Paisagem Cultural Rural sem que nela se tivessem estabelecido práticas agrícolas. “A paisagem é um produto do tempo, constituindo um registo da memória colectiva, que traduz a história do povoamento e das formas de aproveitamento para fins produtivos, de determinado espaço geográfico” (Orlando Ribeiro, cit in CARY, 1994, p.49).

Agricultura e Paisagem sempre se relacionaram entre si de forma intrínseca. A primeira insere-se na segunda, que é mais abrangente. A agricultura altera a paisagem e confere-lhe um novo

---

<sup>5</sup> Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

carácter e por vezes, é esse cunho que lhe é impresso que a enaltece. Quando visualizamos as encostas do Alto Douro Vinhateiro, talhadas por socalcos que serpenteiam esses montes, estamos perante uma paisagem cultural que combina a natureza monumental do vale do rio Douro, feito de encostas íngremes e solos pobres e acidentados, com a acção ancestral e contínua do Homem. As acções deste foram adaptando o espaço às necessidades agrícolas de tipo mediterrâneo que a região suporta. Desta relação íntima entre a actividade humana e a natureza criou-se um ecossistema de valor único, com a modelação da paisagem em socalcos, o que preserva o solo da erosão e permite o cultivo da vinha. Esta paisagem, classificada pela UNESCO a 14 de Dezembro de 2001 como Património Mundial da Humanidade<sup>6</sup>, só existe graças ao grande investimento humano e à intrincada relação entre Agricultura e Paisagem, tornando deste modo possível a fixação das populações desde a longínqua ocupação romana.

Para além da função principal de produção de bens alimentares e outros, actualmente a agricultura assume um papel fundamental ao nível da evolução das paisagens rurais, da preservação do ambiente e da biodiversidade. É dela que vêm todas as matérias-primas dos produtos locais transformados e por isso, não podia deixar de ser uma elemento fundamental do património dos territórios.

A reflexão mais profunda do conceito de multifuncionalidade no panorama internacional surge associada à agricultura, como uma característica que define a actual agricultura, com novas preocupações e responsabilidades sociais. Não obstante, constatando que grande parte das áreas rurais tem assistido a rápidas e significativas mudanças, verificamos que o conceito de multifuncionalidade exige uma maior abrangência que extravasa o âmbito das actividades produtivas e dos sistemas agrícolas. Tais mudanças podem relacionar-se com processos tão distintos como a expansão urbana, o abandono da actividade agrícola, a conversão de áreas agrícolas em florestais, bem como a instalação de indústria ou de equipamentos turísticos nos espaços rurais.

A análise e a compreensão destes processos têm sido frequentemente abordadas no âmbito do estudo da paisagem. Ainda que se trate de um conceito de múltiplas perspectivas, consideremos a corrente em que a paisagem pode ser encarada em simultâneo como o contexto onde o processo de mudança ocorre, considerando a dinâmica espacial e temporal que lhe é inerente. Estudos desta natureza podem constituir uma base para o ordenamento e gestão dos recursos e actividades que a caracterizam. Nesse sentido, o conceito de multifuncionalidade da paisagem, relativamente ao de multifuncionalidade da agricultura em sentido lato parece oferecer mais possibilidades quando o objectivo é caracterizar a paisagem com vista à definição de orientações para o seu ordenamento e gestão, no sentido de acrescer atractividade a estas zonas e promover o desenvolvimento rural.

---

<sup>6</sup> In <http://whc.unesco.org/en/news/143>

Por estas razões torna-se imperativo que se apresentem alguns acontecimentos históricos de contextualização que auxiliam na compreensão do conceito de multifuncionalidade agrícola no panorama global.

## ▪ **A PAC E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: 1960 A 1970**

A Política Agrícola Comum representa, historicamente, a primeira política integrada ao nível da Europa, tendo sempre sido um eixo importante da Comunidade Europeia, correspondendo mesmo, em 1999, a “42% do orçamento europeu” (THIRION *et al.*, 2003, I, p.14). Deste modo, quando em 1957 o Tratado de Roma formalizou a CEE de seis Estados-Membros, foi dada prioridade à agricultura na construção do que se pretendia ser um Mercado Comum. Neste tratado foram definidas linhas gerais que ainda hoje prevalecem como os três pilares orientadores: unicidade de mercado; preferência comunitária; solidariedade financeira, apresentados no Quadro 1.

### ***Os três pilares da PAC***

1. **Unicidade de Mercado** – significa a criação de uma organização única de mercado (OCM) para cada produto abrangido pela PAC, através dos estabelecimentos de preços institucionais, regras de concorrência comuns e eliminação de barreiras ao comércio comunitário (mercado comum);
2. **Preferência comunitária** – os preços dos produtos são garantidos a nível interno de duas formas: um preço mínimo, de entrada na comunidade, para os produtos importados a países terceiros, para evitar perturbações por importação de produtos e preços inferiores; subsidiar a exportação para tornar esses produtos concorrenciais no mercado internacional;
3. **Solidariedade financeira** – é assumido o compromisso de que os custos de financiamento da PAC são suportados em comum a partir do FEOGA (Secção-garantia para a componente preços e mercados e Secção-orientação para a componente socio-estrutural).

**Quadro 1.** Os três pilares da PAC, aprovados na Conferência de Stresa, 1958. Fonte: (THIRION *et al.*, 2003, I, p.14)

Estes objectivos adaptavam-se a uma Europa que ainda não tinha recuperado de duas guerras mundiais, cujas respostas a dar se relacionavam com a maior autonomia pretendida na produção de bens e desenvolvimento técnico deste sector. Até então, a agricultura europeia produzia apenas 80% do que consumia (THIRION *et al.*, 2003, I). Para dar resposta a esta intenção foram cedidos apoios que promovessem desenvolvimento agrícola e diminuíssem a dependência alimentar e compensassem a importação de matérias-primas e energia em que a Europa era deficitária. Em poucos anos estas políticas deram frutos e a Europa “passou a produzir três vezes mais, numa superfície agrícola útil inferior” (THIRION *et al.*, 2003, I, p.14) e com um número cada vez menor de pessoas.

## ▪ **CONSEQUÊNCIAS DA ALTA PRODUTIVIDADE**

As mudanças tecnológicas operadas no período de 1960 a 1970 fizeram-se sentir não apenas ao nível do aumento produtivo mas, também no plano social e ambiental. O aumento produtivo foi tal, devido à política de apoio aos preços, que a Europa passou de deficitária a produtora de excedentes, com o crescente aumento de oferta. Este facto também acarreta custos pela necessidade de armazenamento que seriam suportados por cada Estado, pelos contribuintes/consumidores.

A solução encontrada foi o pagamento de subsídios que minimizassem as despesas deste desenvolvimento, bem como um conjunto de medidas proteccionistas, a abertura de fronteiras e preferências comunitárias, o que levou a uma diminuição dos preços e o descontentamento dos países que mais exportavam.

Esta produção intensiva teve também impacto no meio ambiente, na degradação dos solos e qualidade da água, e na conservação da fauna e flora, no respeito do bem-estar animal, no uso para além das capacidades físicas e abuso em compostos químicos. A par deste impacto, a ocupação do espaço rural deu-se desordenadamente, sem saber como dar resposta a tamanho crescimento, e sem se entender a importância da preservação de estruturas sensíveis da paisagem (THIRION *et al.*, 2003, I).

14

## ▪ **EXPANSÃO E NOVAS REFORMAS: 1970 A 1990**

Após a prosperidade da década anterior, segue-se um período de expansão para a Comunidade Europeia com a entrada de novos Estados-membros, entre os quais Portugal em 1986. No final da década de 80, a CEE contava com 12 países, o dobro dos que a tinham formado em 1957, e com um panorama político diferente. Em Portugal, o regime salazarista termina em 1974; em Espanha, Franco morre em 1975; e em 1989 cai o muro de Berlim, encerrando um ciclo de regimes comunistas da Europa Central e Oriental. Em 1990, a Alemanha Oriental unifica-se com a parte Ocidental e passa a integrar a União Europeia.

Torna-se necessário reorganizar e readaptar as medidas de uma política virada para uma agricultura dos países de norte, que não respondia à heterogeneidade de então, e reequilibrar um sistema que tinha despesas crescentes com os subsídios dos excedentes. São assinados novos acordos que aprovam normas de carácter estrutural e relacionados com a produção (THIRION *et al.*, 2003, I).

## ▪ **MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA: REFORMA DE 1992**

Face à conjuntura de desequilíbrio na produção a que o sector agrícola tinha chegado, realizaram-se novas reformas de ajustamento de medidas, embora tivessem sido mantidos os pilares

que serviram de base à construção da PAC, “são pela primeira vez anunciados princípios e objectivos que abrem as portas do sector agrícola ao conceito de desenvolvimento rural” (THIRION *et al.*, 2003, I, p.17). Inclui-se nestes princípios a introdução do conceito de *multifuncionalidade*, descritivo do papel desempenhado pelo agricultor na exploração de novas funções ligadas à agricultura, para além da produção de bens alimentares. Este novo conceito atribui à agricultura uma nova dimensão, não antes tão evidente, relacionada com a protecção do ambiente e da paisagem rural, contribuindo de uma forma geral para o ordenamento do território e o desenvolvimento rural.

As medidas de acompanhamento da reforma de 1992 (ver Quadro 2) foram a formalização do conceito de multifuncionalidade. A intenção seria a de dar a escolher aos agricultores a possibilidade de abandonar a agricultura e explorar outras actividades relacionadas que passassem pela florestação de algumas áreas, conservação dos agro-sistemas ou conservação da água e dos solos. A importância deste novo conceito veio a revelar-se muito importante, anos mais tarde, no percurso do desenvolvimento rural, suscitando desde esta altura o interesse pela reflexão conceptual e de aplicação do mesmo em diversas áreas científicas.

#### **Propostas e objectivos de 1992**

##### **1. Combinação – sistema de política de preços/ajudas directas:**

Os **preços institucionais** dos produtos deverão baixar, tornando-se mais “reais”, reflectindo a realidade do mercado. A componente “apoio ao rendimento” apenas deve assegurar a preferência comunitária.

As **ajudas directas** ao rendimento passam a assegurar sustentação dos rendimentos, que anteriormente era feita pelo preço dos produtos, com um montante determinado pela redução destes.

##### **2. Controlo directo à produção:**

A generalização do sistema de **quotas** e a penalização do desrespeito, e aplicação de **pousio obrigatório** nas culturas arvenses.

##### **3. Medidas de acompanhamento:**

Cessação antecipada da actividade agrícola (**medidas estruturais**), arborização de terras agrícolas (**medidas de florestação**) e protecção contra a poluição dos solos e água (**medidas ambientais**).

**Quadro 2.** Propostas e objectivos da reforma de 1992. Fonte: (THIRION *et al.*, 2003, I, p.17)

Para além deste novo conceito, foram adoptadas medidas que conduziram ao reequilíbrio do mercado, à redução de excedentes e despesas e a uma estabilização dos rendimentos dos agricultores. No fundo, pretendia-se desincentivar a produção de bens agrícolas, compensando a diminuição do rendimento desses produtores em zonas já desfavorecidas com subsídios e indemnizações.

Podemos então resumir dois momentos no desenvolvimento agrícola europeu:

- Um anterior a 1992, caracterizado por uma agricultura intensiva, de expansão e produção;
- E um segundo período, posterior a 1992, extensiva e multifuncional, com novas responsabilidades associadas à protecção ambiental, ao património e desenvolvimento rurais, menos voltada para a produção de bens alimentares e que procura estimular a diversificação de actividades.

Nos anos que se seguiram, a PAC prosseguiu o seu traçado de abordagem integrada do Desenvolvimento Rural, para a valorização do potencial económico e da riqueza ambiental das zonas rurais. A nova política tem por objectivo explorar o potencial endógeno das zonas rurais, no que diz respeito à procura de novas formas de rendimento, para além da produção agrícola, com vista à criação de emprego e à fixação de população, como forma de combater o crescente êxodo rural, dando dignidade de vida às populações.

Em 1997 é apresentado pela Comissão a Agenda 2000, contendo latentes os princípios da Multifuncionalidade e do Desenvolvimento Rural (Quadro 3)

***Os quatro princípios base da nova PAC propostos na Agenda 2000***

1. A **multifuncionalidade** – os agricultores devem ser compensados pelos diferentes serviços que a actividade agrícola desempenha; na satisfação das expectativas dos consumidores, na criação de fontes alternativas de rendimento, na preservação do património rural.
2. A **abordagem multisectorial** – nestas múltiplas actividades (na criação de emprego e fontes de rendimento, no desenvolvimento de serviços, na preservação da paisagem natural e património rural) deve procurar desenvolver a economia rural.
3. A **eficácia** – alcançada através de flexibilização de apoios ao desenvolvimento rural, baseado nos princípios da subsidiariedade e parceria, favorecendo a descentralização, com aplicação de programas adaptados às necessidades e circunstâncias dos Estados-membros e das regiões.
4. A **transparência** – na elaboração e gestão de programas, pela simplificação da legislação e agrupamento da regulamentação em vigor. Em matéria de desenvolvimento rural, criou-se um documento legal único e coerente que engloba os principais objectivos: reforço do sector agrícola e florestal; melhorar a competitividade das zonas rurais; preservar o ambiente e o património rural RDR – Regulamento de Desenvolvimento Rural.

**Quadro 3.** Os quatro princípios base da nova PAC, propostos na Agenda 2000. Fonte: (THIRION *et al.*, 2003, I, p.21)

## 0124. MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA

A multifuncionalidade da agricultura tem sido definida detalhadamente ao nível internacional pela OCDE (2001). No relatório "**Multifunctionality – Towards an analytical framework**", esta organização aborda o conceito como uma característica intrínseca do processo produtivo da agricultura actual que pode contribuir no alcance de múltiplos objectivos da sociedade. Tal como diz o relatório:

"A multifuncionalidade refere-se ao facto de uma actividade económica poder ter múltiplos impactos (externalidades) e como tal, pode contribuir para diversos fins sociais em simultâneo. Neste sentido, multifuncionalidade surge como um conceito orientado para uma actividade que se refere a características específicas do processo produtivo e as suas múltiplas externalidades" (OCDE, 2001, p.6)<sup>7</sup>.

As principais características da multifuncionalidade relacionam-se com (VEJRE *et al.*, 2007):

- A produção de vários bens e serviços (*commodity*) e amenidades (*non-commodity*) que surgem acopladas às actividades agrícolas e;
- O facto de algumas das amenidades produzidas poderem também caracterizar-se como externalidades ou bens públicos, para os quais o mercado não tem resposta ou esta não é ajustada (por exemplo, o contributo na fixação do carbono, na recarga de aquíferos, entre outros).

Há uma linha que considera que a principal função da agricultura é a produção, considerando as restantes como uma consequência, secundárias, externas ou serviços. (ref. *in* VEJRE, 2007, p.95). Os produtos da agricultura, e também os métodos de produção pelos quais estes produtos são obtidos, são a razão em si da existência das outras funções como o recreio, o valor estético, criação de habitats, por exemplo). Por esta razão os aspectos da multifuncionalidade despertam o interesse de economistas, agrónomos, ambientalistas, biólogos, ecologistas, paisagistas e outros.

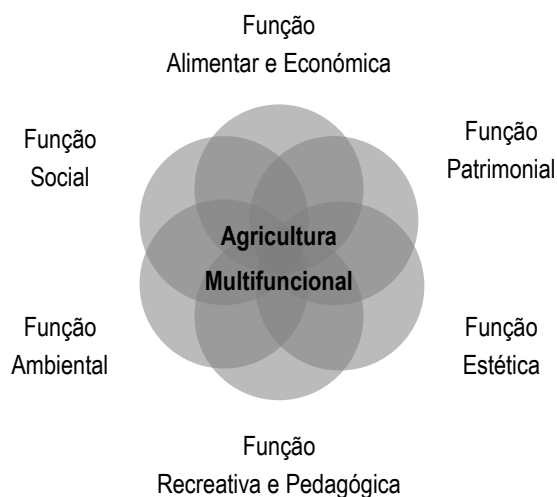
O conceito de multifuncionalidade opõe-se à ideia de que a agricultura é apenas uma actividade exclusivamente produtora de bens alimentares e leva a considerar também outras funções tais como a função social, ambiental e patrimonial. Essas funções são o resultado da interacção entre os sistemas de produção agrícola e os ecossistemas que os rodeiam e, igualmente, da relação directa com a sociedade, tanto ao nível dos mercados como da criação de emprego e das restantes relações, nomeadamente com os habitantes dos meios urbanos.

---

<sup>7</sup> "Multifunctionality refers to the fact that an economic activity may have multiple outputs and by virtue of this, may contribute to several societal objectives at one. Multifunctionality is thus an activity-oriented concept that refers to specific properties of the production process and its multiple processes" (OCDE, 2001, p.6).

Actualmente, após a reforma de 1992 da PAC, referida anteriormente, a multifuncionalidade da actividade agrícola, já é assumida em termos de legislação, nomeadamente no Regulamento de Desenvolvimento Rural europeu (RDP), e é considerada como uma componente essencial do desenvolvimento rural sustentável (THIRION *et al.*, 2003, II)

Podem resumir-se como seis as funções elementares que definem a agricultura multifuncional (ver Figura 10) (THIRION *et al.*, 2003, II).



**Figura 10.** Representação esquemática da Multifuncionalidade da Agricultura.  
Fonte: adaptado de (THIRION *et al.*, 2003, II, p.32)

#### ▪ **FUNÇÃO ALIMENTAR E ECONÓMICA**

Esta é a principal e a função que recebeu mais atenção desde o fim da 2ª Guerra mundial até aos anos 80. Durante este período foi necessário reconstruir e alimentar um continente destruído, torná-lo auto-suficiente, melhorando as explorações agrícolas, assegurando a intensificação da produção, e fazer crescer a economia. Com estes objectivos pretendeu-se aumentar os rendimentos dos agricultores e a produtividade do trabalho. Desde então, os objectivos foram-se ajustando e adaptando aos problemas que foram surgindo, de uma agricultura intensiva, de produção de excedentes e de mudanças demográficas que foram ocorrendo. Hoje, cada vez mais se dá importância à qualidade em detrimento da quantidade. Verifica-se uma tendência para a descida nos apoios à produção, o que leva à procura de alternativas, à diversificação de culturas e à transformação dos produtos agro-alimentares nas próprias explorações como forma de assegurar a sua sustentabilidade económica.

## ▪ FUNÇÃO SOCIAL

Na maioria das zonas rurais, onde as principais actividades são a agricultura e a pecuária, tem vindo a verificar-se um sucessivo êxodo da população para as zonas urbanas. A função social da agricultura relaciona-se com a diminuição do número de activos agrícolas. A consequência directa desta saída é o abandono das terras, a degradação do solo e o aumento dos incultos, que constituem hoje áreas que sobram à agricultura, ao contrário dos que existiram até aos anos 60-70 e que eram constituídos por solos bons para a expansão da agricultura, à espera de serem cultivados. O desafio que se coloca nos nossos dias é como relançar a função social da agricultura de forma a dar um contributo para a fixação das populações no meio rural melhorando as condições de vida destas populações, oferecendo formação profissional, criando postos de trabalho diversificados, às quais a agricultura pode ser um meio para a solução.

A mudança nas razões que levam à diferente procura do meio rural nos nossos dias (hoje espaço de consumo, contrapondo-se a espaço de produção no passado) não deve ser visto como uma limitação, mas sim como um facto, uma consequência normal das mudanças que operam na sociedade. A compreensão e aceitação dessa nova condição são o primeiro passo na delimitação de estratégias inovadoras de desenvolvimento que assumem os problemas, no sentido de os resolver.

## ▪ FUNÇÃO AMBIENTAL

Embora ancestral, esta função foi sendo consecutivamente “esquecida” no período de maior modernização do sector (anos 50 a 80). Hoje em dia, tornar os impactos da agricultura intensiva e mecanizada cada vez menos prejudiciais ao ambiente é uma das principais preocupações, face aos problemas de contaminação dos recursos hídricos e níveis freáticos, da erosão e diminuição da fertilidade dos solos, diminuição da biodiversidade, entre outras. Redescobre-se desta forma que a agricultura sempre teve um papel importante na diversificação e equilíbrio dos ecossistemas, bem como na evolução e manutenção da fauna e flora. Um bom exemplo disso são os montados, que resultam da optimização do espaço por parte do homem, conseguindo atingir uma enorme diversidade e complexidade num sistema totalmente “humanizado”.

## ▪ FUNÇÃO PATRIMONIAL

Com o desaparecimento dos sistemas tradicionais, esta função está relacionada com a descoberta da sua importância na manutenção, reprodução, continuidade e diversificação de diversas espécies da fauna e flora. Muitas raças autóctones, animais e vegetais têm vindo a desaparecer ao serem substituídas por outras, melhoradas ou mais adaptadas às exigências de uma produção intensiva (por exemplo, as vacas leiteiras, as galinhas chocadeiras, entre outras). Por outro lado, a agricultura desempenha um importante papel na preservação e continuidade de transmissão do

saber-fazer tradicional e do património construído (engenhos hidráulicos, noras, moinhos, entre outros).

#### ▪ **FUNÇÃO ESTÉTICA**

Não menos importante é a função estética que uma paisagem agrícola possui, principalmente no contexto português, “onde a beleza e diversidade das paisagens são um elemento essencial do património nacional e uma base para o desenvolvimento do turismo” (THIRION *et al.*, 2003, II, p.33). A agricultura que persiste desempenha um papel fundamental ao manter e diversificar estas paisagens, fazendo uma transição harmoniosa entre as zonas baixas, mais cultivadas, e as zonas mais altas, ocupadas por pastagens e floresta. Esta actividade possibilita assim uma composição agradável entre as zonas herbáceas e arbustivas, os muros de pedra ou os terraços construídos, separando as zonas secas das húmidas, numa autêntica “agri-escultura” (THIRION *et al.*, 2003, II, p.33) da paisagem rural.

#### ▪ **FUNÇÃO RECREATIVA E PEDAGÓGICA**

Face o risco de perda de todo o património imaterial do meio rural, esta pode ser considerada uma nova função, numa sociedade onde “80% da população vive nas cidades” (THIRION *et al.*, 2003, II, p.33). O campo passa a ser um espaço de (re)descoberta do quotidiano rural, desconhecido, um espaço de evasão, de convívio com a natureza, com as quais a maioria das pessoas já não tem contacto directo. A criação de postos de observação de aves, turismo rural, quintas pedagógicas e ecomuseus são um testemunho desta vertente da diversidade de acções susceptíveis de desenvolver nas paisagens rurais, na qual a agricultura e o desenvolvimento têm o seu peso.

A multifuncionalidade agrícola, por todas as razões acima mencionadas, estende-se para além da mera agricultura. Ela é também uma actividade florestal, pecuária e da paisagem, moldada pela agricultura que se relaciona com esta. A dualidade entre multifuncionalidade agrícola – multifuncionalidade da paisagem é quebrada quando as funções da primeira passam de pura função de produção de alimentos e matéria-prima para uma função activa na construção da cidadania moderna. O conceito de multifuncionalidade põe em relevo as grandes responsabilidades da agricultura nesta construção nos nossos dias.

### **0125. DIFERENÇAS ENTRE MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM E MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA**

Multifuncionalidade é, por um lado um conceito usado para caracterizar as actividades relacionadas com a função primária de produção da agricultura e as externalidades. Falamos assim numa abordagem do ponto de vista agrícola e que revela um tipo de uso do solo. Por outro lado, o conceito pode ser usado para caracterizar a paisagem rural em si mesma, onde a agricultura se

insere e constitui uma das actividades de exploração realizadas, a par da pastorícia e da silvicultura, que definem uma estrutura de produção, num testemunho patrimonial da relação que o Homem estabeleceu com a natureza.

As actividades agrícolas criam *paisagens culturais*, estruturadas pela forma ancestral de cultivo que foi sendo aprendida ao longo dos anos, compostas pelas formas dos arranjos dos mesmos, pequenas construções e por vezes grandes engenhos que fazem da paisagem o palco das actividades agrícolas. Assim se percebe a relação intrínseca que une agricultura e paisagem e leva a que muitas vezes, multifuncionalidade agrícola e multifuncionalidade da paisagem sejam usadas indiscriminadamente. A agricultura transforma a paisagem existente em paisagem cultural, adaptando-se à primeira.

Do ponto de vista agrícola, a unidade básica de representação é a propriedade da exploração, e do ponto de vista da paisagem é uma área formada por um complexo sistema territorial, sem um limite claramente impositivo e visível, que deve ser analisado a diferentes escalas. A questão principal baseia-se nos fundamentos académicos que compõem as duas disciplinas. Multifuncionalidade agrícola baseia-se em conhecimentos de agronomia, economia agrária e ambiental e sociologia rural, enquanto que multifuncionalidade da paisagem engloba campos mais heterogéneos, desde ciências sociais e humanas, ciências da terra, ecologia e biologia, entre outras (VEJRE *et al.*, 2007).

21

Há uma necessidade particular em clarificar os aspectos em comum e as divergências das definições de função e multifuncionalidade em relação à agricultura e à paisagem, respectivamente. Mas a necessidade e interesse em definir estes dois conceitos relaciona-se também com a importância de explicitar termos usados ao nível legislativo da política agrícola, do mercado internacional ou da protecção da natureza (ref *in* VEJRE *et al.*, 2007, p.94). Ao nível da política internacional a definição dos conceitos torna-se ainda mais importante para a compreensão entre os diferentes grupos de intervenientes.

Há várias abordagens que tentam chegar a um consenso quanto à definição de "*função*" e "*multifuncionalidade*", algumas relacionadas com a produção, outras mais abrangentes englobando também prestação de serviços, criação de habitats, preservação do ambiente, entre outros, ou até mesmo a tentativa de estabelecer uma taxonomia para as funções da paisagem (ref *in* VEJRE *et al.*, 2007, p.97).

Em contraste com a definição agrícola, onde o conceito é mais consensual, as funções podem ser classificadas em primárias e secundárias (produção e externalidades). Por sua vez, as funções da paisagem não são por definição agrupadas nestes termos, em primárias e secundárias, pois não se considera uma função como primordial, bem como a restante hierarquia é subjectiva e depende do ponto de vista do observador. O Quadro 3 resume algumas das diferenças entre as abordagens agrícola e da paisagem.

|                                  | <i>Agricultura</i>   | <i>Paisagem</i>   |
|----------------------------------|--|---|
| <b>Fundamento</b>                | Toda a produção gera outros externalidades                                   | A paisagem é multifuncional, <i>per se</i>                      |
| <b>Unidade mínima de análise</b> | Exploração como unidade mínima   | Sistema territorial como unidade mínima                         |
| <b>Conceito relativo a</b>       | Caracterização da produção e suas externalidades                             | Caracterização da paisagem em si mesma                          |
| <b>Hierarquia das funções</b>    | Função primária de produção, restantes funções como consequência da primeira | Todas funções igualmente importantes, variando com o observador |
| <b>Disciplinas que abrange</b>   | Agronomia, economia agrária e sociologia                                     | Biologia, geografia, ciências sociais e humanas, paisagismo     |
| <b>Definição</b>                 | Consensualmente aceite e bem definida  | Pouco claras ou menos consensuais                               |

**Quadro 4.** Esquema de diferenças entre multifuncionalidade agrícola e multifuncionalidade da paisagem. Fonte: adaptado de (VEJRE, 2007, p.103)

## 0126. O DENOMINADOR COMUM – USO DO SOLO

22

Embora os conceitos de multifuncionalidade agrícola e multifuncionalidade da paisagem tenham origens um pouco distintas, existe certamente uma boa parte em comum, o que leva a que muitas vezes os conceitos sejam usados arbitrariamente. Uma das externalidades da agricultura é a criação de espaços abertos, que resultam da necessidade evidente de obter terrenos cultiváveis e, na paisagem rural, a agricultura é uma das principais actividades que a estrutura.

A agricultura é representada à escala da exploração, como unidade mínima de um sistema, ou de uma rede, que se relaciona em várias vertentes com a comunidade onde se insere, social, física e ambientalmente. As relações são expressas em funções a que a exploração responde. A função primária da exploração é a produção e a área a que esta se confina define um uso do solo.

Já a paisagem, do ponto de vista da análise, é assumida à partida como um complexo sistema, cujas funções se relacionam directamente com os serviços oferecidos à sociedade. Na paisagem, a função produtiva (tipicamente indicada como um tipo de uso do solo) é apenas uma entre as demais, não assume uma posição hierárquica principal.

Em ambas as abordagens recorre-se ao termo “*uso do solo*” como uma característica fundamental e descritiva, resultando daqui um termo em comum. A sobreposição entre o sistema da exploração e a paisagem é reconhecida pelo uso do solo. Este assume-se por isso como o denominador comum às duas abordagens que as aproxima no conceito de multifuncionalidade. É

importante salientar que tipo de uso do solo e tipo de coberto vegetal são conceitos distintos. Ao contrário do coberto vegetal, o uso do solo nem sempre é perceptível visualmente e quase sempre revela uma função. O uso do solo é do ponto de vista agrícola e da paisagem um termo que faz muito mais sentido quando aplicado na descrição da funcionalidade do sistema (VEJRE *et al.*, 2007).

## **0127. O OPERADOR COMUM – GESTÃO DAS PAISAGENS AGRÍCOLAS**

O significado da multifuncionalidade agrícola e da multifuncionalidade da paisagem está fortemente relacionado com a gestão de ambas. No mundo pós-moderno é dado um maior ênfase às externalidades do sector agrícola, bem como um crescente incentivo administrativo ao desenvolvimento de outras actividades que não apenas a de produção. Em grande parte, esta mudança de atitude política fundamenta-se na alteração dos motivos que levam à procura do mundo rural.

Combinar múltiplas funções requer frequentemente que se acoplem à actividade produtiva outras, como a conservação da natureza e do património rural, o recreio e lazer. Nos países com elevada densidade populacional, há uma necessidade crescente de incluir numa mesma área várias funções, muito por questão de falta de espaço mas também de gestão equilibrada dos recursos. Não obstante, a introdução de novas ideias e conceitos na gestão da paisagem, como é o caso da multifuncionalidade, poderá na prática sentir resistência a uma mudança célere.

23

Aprender a olhar a agricultura de uma outra forma, que não se limite a ver apenas uma actividade meramente produtiva, leva à percepção de como esta actividade pode ser um factor essencial para o desenvolvimento local em meio rural. A multifuncionalidade agrícola e o uso do solo para produção a que corresponde essa actividade, pode ser um factor incluído na paisagem que contribui para exacerbar a qualidade multifuncional da mesma.

## **0128. AS DIFERENTES ESCALAS DE MULTIFUNCIONALIDADE**

A representação da multifuncionalidade na paisagem assume diferentes níveis, mediante a escala de estudo considerada. Esta abordagem tem em conta funções produtivas e não produtivas. Concretiza-se ao nível da exploração agrícola, subindo para o nível da comunidade rural onde se insere, passando para o nível regional, nacional, e global. Estas escalas devem ser vistas como "constelações de coerências temporais, com limites relativamente permeáveis, e não como entidades imutáveis no espaço e no tempo" (Massey, ref *in* WILSON, 2009, p.271)<sup>8</sup>.

---

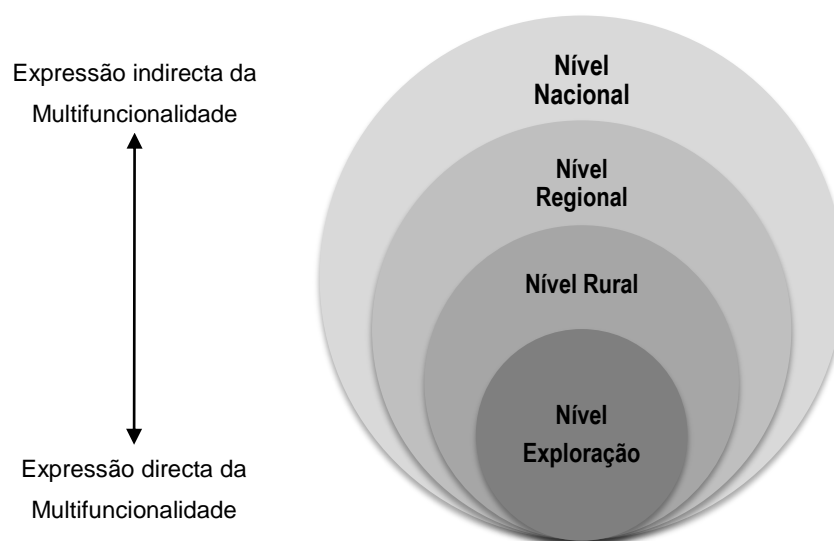
<sup>8</sup> "These scales should be seen as constellations of temporary coherences with relatively "boundaries" (Massey, 2001), rather than fixed entities in space and time" (WILSON, 2009, p.271).

Da figura salientam-se algumas questões essenciais. Em primeiro lugar, admite-se uma estruturação onde os diferentes níveis espaciais se relacionam e interagem entre si, segundo uma hierarquia, assumindo diversas formas de multifuncionalidade com resultado concreto ao nível da exploração. Esta relação hierárquica, como se de *matrioshkas* se tratasse, pressupõe a existência de uma relação dos diferentes níveis espaciais, sugerindo um conceito de escala com uma hierarquia entre espaços de diferentes dimensões que se inserem uns nos outros com fronteiras permeáveis.

Em segundo lugar, à medida que nos afastamos do nível da exploração (onde a expressão da multifuncionalidade assume a representação mais directa através de acções concretas no local) em direcção ao nível global, a representação da multifuncionalidade realiza-se de forma mais indirecta. Os níveis intermédios actuam como "filtros" do nível global para o da exploração (do topo para a base) das medidas políticas de ordenamento para a implementação da multifuncionalidade ao nível local (Storper, ref. in WILSON, 2009, p.272.).

Por último, enquanto que a multifuncionalidade ao nível nacional ou superior é mais conceptual, a relação entre este nível e o global é mais complexo do que possa parecer, basicamente por causa da escala geográfica a que as decisões políticas são tomadas. Segundo Wilson e Bryant (ref. in WILSON, 2009, p.272). ao nível nacional o maior contributo reside em compreender a complexidade geográfica do território e a forma como as medidas são implementadas e afectam a actividade que se realiza nas explorações, ao nível global as decisões continuam a ser adaptadas pelos órgãos nacionais de cada estado. Exemplo disso é a variação de estado para estado na aplicação das medidas agro-ambientais europeias.

De seguida apresenta-se uma descrição mais detalhada e a representação de cada nível da multifuncionalidade considerado. Esquemáticamente, a relação existente entre esses níveis espaciais pode ser ilustrada como mostra a figura 11 (WILSON, 2009).



**Figura 11.** Relação entre os diferentes níveis e expressão da multifuncionalidade.  
Fonte: Adaptado de (WILSON, 2009, p.272).

## **NÍVEL DA EXPLORAÇÃO**

A exploração é o menor nível espacial de implementação da multifuncionalidade, através de medidas da diversificação de acções, da intensificação ou de medidas de conservação. Wilson (2009) refere que a multifuncionalidade deve ser vista como um conceito que tem como base o território (*land-based concept*) no qual o conceito de multifuncionalidade é pensado a uma unidade territorial específica, como é o caso da exploração. O nível da exploração é o mais próximo da concretização da multifuncionalidade pois é a unidade menor de tomada de decisão. Estas acções deverão ser *produtivas* e *não produtivas*, do ponto de vista de reposta do mercado. Um agricultor poderá adoptar simultaneamente medidas produtivas (maximização da produção de bens alimentares e fibras nos terrenos mais produtivos) e noutra parte da exploração medidas não produtivas, relacionadas com a conservação ou protecção da biodiversidade. Trata-se de um equilíbrio entre as acções executadas de que cada proprietário tem de ser responsável. A multifuncionalidade tem de ser um conceito entendido na relação existente entre a tomada de decisão particular do proprietário e a expressão espacial no terreno das mesmas. O uso da propriedade com unidade mínima de concretização da multifuncionalidade permite a compreensão das múltiplas acções multifuncionais compartimentadas, conferindo uma imagem geral da multifuncionalidade num todo que é a propriedade (WILSON, 2009).

### ▪ **NÍVEL DA COMUNIDADE RURAL**

O segundo nível é o da comunidade rural, pois os efeitos positivos da multifuncionalidade são também sentidos fora de cada exploração. A compreensão do conceito de multifuncionalidade ao nível rural é extremamente importante para que haja massa crítica que represente uma multifuncionalidade integrada visível para os consumidores externos, sendo também uma oportunidade de criação de diversas ligações entre o sistema local, os mercados e as instituições públicas e contribuindo para o sucesso deste tipo de implementações localmente. Belletti *et al.* (ref. *in* WILSON, 2009, p.273) consideram ainda que o nível da comunidade rural é essencial para a implementação da multifuncionalidade uma vez que grande parte das funções relacionadas com a agricultura necessitam de uma concentração territorial de acções ou redes (diferentes escalas da economia) que podem não ter representatividade ao nível da exploração. Para Vanslembrouck e van Huylenbroek (ref. *in* WILSON, 2009, p.273), uma agricultura extensiva, como parte de uma gestão multifuncional, pode ter um efeito positivo na sector do turismo. Como consequência, essa mesma gestão multifuncional pode servir como um reforço para futuras opções ao aumentar o potencial turístico. A agricultura, quando integrada, tem uma função importante na valorização do ambiente e paisagem cultural.

Wilson (2009) salienta que é ao nível da comunidade que a distinção entre multifuncionalidade rural e agricultura multifuncional é particularmente importante. Ao nível da comunidade, a multifuncionalidade agrícola é direccionada para a sustentabilidade ambiental do meio envolvente, o nível de exploração da propriedade e a produção dos bens e fibras, consoante a valorização no

mercado. Já a multifuncionalidade rural diz respeito ao capital social local, ou seja, à relação entre a agricultura e os actores rurais. A natureza e duração desta relação entre agricultura e a comunidade rural vai depender da maior ou menor força com que essa comunidade implementa as medidas que promovem a multifuncionalidade (Belletti *et al.*, ref. in WILSON, 2009, p.273).

A protecção da natureza e a sustentabilidade ambiental são elementos chave na gestão multifuncional da agricultura, e como consequência da paisagem, ao nível da comunidade rural. Uma implementação clara e consistente de medidas multifuncionais são mais claras em áreas onde existe uma abordagem holística e integrada da gestão do território pois auxilia os proprietários agrícolas a reconhecerem os efeitos externos da multifuncionalidade aplicada nas suas explorações, em parte porque demonstra que as escolhas individuais de cada um em particular têm repercussão na comunidade rural como parte de um todo. É também importante perceber que acções multifuncionais isoladas não têm representatividade, e que é da responsabilidade da comunidade criar o ambiente e apoio possíveis para a sua concretização (van der Ploeg e Roep, ref. in WILSON, 2009, p.274). Muitas das alterações necessárias a efectuar nas explorações só têm por vezes resposta na criação de mercados locais que absorvam os novos produtos, daí a importância do apoio da comunidade na alteração da forma de gestão.

#### ▪ **NÍVEL REGIONAL**

A multifuncionalidade rural adquire, ao nível regional, uma relevância maior do que a multifuncionalidade agrícola, pois a este nível a agricultura constitui apenas um de muitos sectores económicos como se vê na figura 11. A importância de uma conceptualização da multifuncionalidade ao nível regional é apoiada por Knickel e Renting (ref. in WILSON, 2009, p.273), nomeadamente pela criação de emprego e de novas actividades possíveis de realizar mas, a existência de sinergias positivas só é exequível a este nível, onde é possível verificar e criar relações favoráveis entre duas ou mais actividades. Como resultado, o desenvolvimento de medidas multifuncionais coesas só podem ser entendidas se tivermos em conta as sinergias e múltiplos efeitos da sua aplicação que existem entre os diferentes níveis de multifuncionalidade descritos.

Cinco principais componentes na sinergia serão apresentados resumidamente. Em primeiro lugar, o nível regional é crucial na promoção diversificada de oportunidades aos agricultores, seja pelo potencial turístico de cada região, ou pela promoção e apoio de formas diversas de exploração. Se numa propriedade não é viável uma diversificação de actividades, as explorações deixadas à margem deixarão de ser agrícolas e irão direccionar noutro sentido as suas actividades, ou procurar fontes de rendimento noutros sectores não relacionados com a agricultura.

Em segundo, a localização de uma região em todo o processo de interacção influencia a incorporação das explorações no sistema global de capitalismo (Swyngedouw, ref. in WILSON, 2009, p.273). As regiões que estão menos integradas no sistema capitalista de mercado tendem a ter uma

agricultura multifuncional mais forte, enquanto que regiões onde a exploração agrícola é mais intensiva são geralmente monofuncionais (Goodman, ref. *in* WILSON, 2009, p.273).

Por outro lado, e em terceiro lugar, as regiões também assumem um papel importante na direcção que tomam as redes de abastecimento alimentar. Regiões mais isoladas têm a necessidade de criar redes de abastecimento locais de consumo que escoem os seus produtos, e conseqüentemente uma multifuncionalidade mais forte. Ao invés, regiões mais próximas dos centros urbanos estabelecem uma multifuncionalidade mais fraca ou são mesmo monofuncionais, pois promovem aos agricultores a oportunidade de introduzir os seus produtos no mercado global (Marsden, ref. *in* WILSON, 2009, p.273). No entanto, a mesma proximidade dos centros urbanos pode abrir novas perspectivas de multifuncionalidade pelo maior poder económico da população urbana e uma maior variedade de consumidores.

Quarto, é importante que a população regional esteja aberta a novas medidas de gestão e de agricultura. Por vezes pode ser difícil a implementação de algumas medidas em regiões onde os produtores se mostrem mais resistentes à mudança e a diferentes modos de actuação, condicionando a uma multifuncionalidade mais fraca.

Quinto e por último, as regiões funcionam geralmente como o principal filtro mediador entre as decisões políticas e a actuação no local (Wilson e Juntti, ref. *in* WILSON, 2009, p.273), pois é a este nível que a interpretação de "forte" e "fraca" multifuncionalidade que pode ter repercussão na implementação no local.

#### ▪ **NÍVEL NACIONAL**

Tal como ao nível regional, também a actuação ao nível nacional pode desempenhar um papel importante na implementação de uma multifuncionalidade forte, em particular através do desenvolvimento de formas originais e diversas de multifuncionalidade. A este nível, não só o estado mas também associações não-governamentais e outras instituições têm uma posição importante na implementação destas medidas (Wilson e Bryant, (ref. *in* WILSON, 2009, p.274). Primariamente, é o estado que tem de assumir uma posição clara relativamente ao grau de multifuncionalidade que pretende que seja executada. Posteriormente, as administrações locais relacionadas e ONG's têm a responsabilidade de esclarecer os produtores, mostrando as diferentes vertentes de uma gestão multifuncional, ou seja, de consciencializar os produtores do impacto das suas acções e desmistificação de novas abordagens. Em último lugar, também os *media*, arte e literatura contribuem para a ideia formada de multifuncionalidade, devendo estes ter consciência da sua influência ou ate mesmo serem usados como um meio de esclarecimento (WILSON, 2009).

## 0129. FORMAS DIRECTAS E INDIRECTAS DE EXPRESSÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE

Como foi explicado no ponto anterior, a aplicação da multifuncionalidade ao nível da gestão da paisagem está directamente relacionado com a implementação concreta no local, à escala da propriedade. A expressão da multifuncionalidade depende do nível a que é elaborada, e todos os níveis superiores fazem-se sentir na forma como as medidas tomadas são implementadas à escala da propriedade.

Buller (cit. in WILSON, 2009, p.276) afirma que a "implementação da multifuncionalidade requer uma abordagem holística que vai mais além do que a unidade da exploração", e que a "verdadeira multifuncionalidade" tem de ser vista como um "conjunto de actividades sociais e espaciais interligadas"<sup>9</sup>.

Mediante a escala de multifuncionalidade abordada, a sua expressão assume uma forma diferente. A multifuncionalidade está directamente relacionada com a implementação no terreno de medidas produtivas ou não produtivas. Isto significa que a multifuncionalidade agrícola assume a sua representatividade mais directa à escala da propriedade. Já a multifuncionalidade rural assume a representação mais directa na comunidade rural onde se encontra inserida. Mas, à escala nacional, a multifuncionalidade deve ser entendida como o nível de tomada de decisão onde é definido o que é entendido por multifuncionalidade e que delimita a estratégia a seguir para essa concretização. Assim, a multifuncionalidade encontra a sua forma de representação mais directa à escala da propriedade, e a mais indirecta à escala nacional.

As escalas Rural e Regional são importantes no "apuramento" e ajuste das medidas decididas nacionalmente. Como exemplo, uma medida geral que pode ser tomada ao nível nacional dizendo respeito à conservação e aplicação de métodos tradicionais na compartimentação dos terrenos agrícolas, vai sendo mais específica nas escalas intermédias, pois existem variações em cada contexto rural que reflectem o valor cultural (património rural) próprio de cada comunidade que resulta do *saber-fazer* ensinado ao longo das gerações.

### Síntese dos diferentes Níveis de Multifuncionalidade

Após a explicação da importância que os diferentes níveis desempenham na aplicação da multifuncionalidade, podemos concluir que este conceito deve ser entendido como uma hierarquia espacial com diferentes valências de decisão. Estes níveis relacionam-se entre si desde a escala local da propriedade ao nível nacional e global. Esta característica da multifuncionalidade tem de ser

---

<sup>9</sup> "(...) the assessment of multifunctionality requires a holistic analytical framework that extends beyond the farm gate and beyond the individual farm" e "the true multifunctionality of agriculture (needs to be seen) as a set of embedded and socially/spatially interlinked activities" (cit. in WILSON, 2009, p.276).

entendida como um processo que é específico de cada local, pois a noção geral do conceito resulta na prática de actuações semelhantes mas nem sempre iguais, assumindo diferentes formas aplicadas a cada contexto. É crucial o entendimento deste aspecto nos diferentes níveis decisores para a melhor concretização do conceito.

Desta forma, falarmos da multifuncionalidade da agricultura só faz sentido se for aplicada ao nível da exploração agrícola, como a escala mais importante de implementação de acções multifuncionais. Assim, a multifuncionalidade tem representação mais directa nos níveis inferiores da hierarquia vertical, como a propriedade e a comunidade rural, enquanto que à medida que subimos de escala a expressão será mais indirecta, o que sucede nos níveis regional e nacional. Estas expressões da multifuncionalidade têm de ser "mediadas" localmente no sentido de encontrar as melhores formas de concretização. Devemos por isso falar de diferentes níveis de multifuncionalidade em vez de "uma" única multifuncionalidade (WILSON, 2009).

### **013. A ARTE DA MULTIFUNCIONALIDADE DOS MONTADOS**

O interesse em reflectir sobre a multifuncionalidade da paisagem e a gestão destes sistemas leva-me a abordar separadamente e mais em pormenor, num capítulo único, o exemplo claro de multifuncionalidade da paisagem que são os montados. A outra razão que justifica esta abordagem é o facto de na área de projecto, descrita mais à frente, encontrarmos este sistema e a sua gestão fazer parte do projecto que se desenvolveu nesse local, abordando por isso neste subcapítulo a tipologia existente, montado de sobro. Pretendem-se salientar as razões que uma gestão multifuncional deste sistema têm com o desenvolvimento rural, nos âmbitos social, económico e ambiental.

29

#### **▪ O MONTADO DE SOBRO**

Os montados são, por definição, sistemas onde a utilização florestal do solo surge associada a outras utilizações como a agricultura e/ou pastorícia. Desta forma não se consideram verdadeiras florestas e muito menos se podem considerar sistemas naturais, pois resultam da necessidade que o homem teve em rentabilizar o espaço e da evolução que todo o sistema desenvolveu. Devido ao seu carácter de transição entre as florestas fechadas e os campos abertos, os montados conseguem acolher uma grande variedade de seres vivos e constituir um habitat verdadeiramente biodiverso. Dado o seu carácter híbrido em termos de utilização do solo, existe uma série de produtos e serviços que podem ser desenvolvidos nos montados. A extracção da cortiça, a recolha da lenha, a pastorícia, a caça e a apicultura são exemplos de actividades associadas ao montado (SILVA, 2007, I). Esta variedade está associada às duas espécies dominantes do sistema do montado: o sobreiro (*Quercus suber*) (Figuras 12-13) e a azinheira (*Quercus rotundifolia*), (Figura 14) no entanto, podem



**Figura 12-13.** *Quercus suber*.

Fonte 12: <http://nacopadasarvores.blogspot.com/2008/04/portugal-natural-sobreiro-quercus-suber.html>.

Fonte 13: [http://botany.csd.tamu.edu/FLORA/Wilson/tfp/ham/koehler\\_mbg\\_254.jpg](http://botany.csd.tamu.edu/FLORA/Wilson/tfp/ham/koehler_mbg_254.jpg)



**Figura 14.** *Quercus rotundifolia*.

Fonte: [http://www.flickr.com/photos/question\\_everything/galleries/72157623045131889/](http://www.flickr.com/photos/question_everything/galleries/72157623045131889/)

encontrar-se outras espécies associadas ao mesmo tipo de estrutura, nomeadamente, o carvalho português (*Quercus faginea*) e o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). (COSTA *et al.*, 2007)

Os sobreiros, tal como as azinheiras, são no entanto uns carvalhos com um valor distinto dos outros, porque “crescem em regiões de clima tipicamente mediterrânico, ameno no Inverno e quente e seco no Verão, e porque têm folha persistente” (ONOFRE, 2001). São também especiais porque geram produtos, para além da madeira, que “ainda têm ou tiveram uma importância económica suficientemente grande para que no seu lugar não estejam, desde há muito, culturas agrícolas ou plantações florestais de outro tipo” (ONOFRE, 2001). No caso do sobreiro este produto é a cortiça e no caso da azinheira, a bolota.

Este sistema artificial, de evolução frágil e lenta renovação, caracteriza-se pela presença dominante de sobreiros dispersos de forma irregular e por um sob-coberto de matos, pastagens ou alguma cultura agrícola. São por isso o resultado da intervenção do Homem, com uma tendência histórica e cultural extensiva, numa procura de melhores condições para as suas práticas de sustento económico. Embora tenha variado ao longo dos tempos, actualmente a produção deste sistema centra-se na extracção da cortiça, embora também se produzam forragens para o gado ou sejam feitas pastagens melhoradas, dada a importância que a criação, principalmente de porco preto, tem nestas regiões.

Embora associemos os sobreiros principalmente a uma paisagem alentejana, de campos extensos onde se destacam, pontualmente ou em povoamentos, os sobreiros nem sempre assumem esta configuração. Podemos considerar dois principais tipos de sistemas florestais (COSTA *et al.*, 2007):

- Um primeiro sistema é “caracterizado pela sua multifuncionalidade, ou seja, que associa uma cultura arbórea, em povoamentos abertos de baixa densidade, a uma cultura agrícola em sob-coberto e a uma exploração de gado; este sistema é designado por montado de sobreiro.” (COSTA *et al.*, 2007, p.18) (Figura 15);
- O segundo, é um “sistema monofuncional com uma marcada utilização florestal, de floresta densa, medianamente alta, com um estrato arbustivo (...) que não chega a atingir o porte arbóreo, sem componentes pecuária e agrícola, onde a produção de cortiça se alia à cinegética e à apicultura. Estes povoamentos são designados de sobreirais.” (COSTA *et al.*, 2007, p.18-19) (Figura 16).

Em Portugal, a maior parte dos sobreiros, cerca de 70% da área total, constituem o sistema em montado de sobreiro. No entanto, quer se trate de um sistema de montado ou de sobreiral, os sobreiros são hoje em dia explorados quase exclusivamente para a produção de cortiça, constituindo esta economia quase exclusivamente a única fonte de rendimento destes sistemas. Assim, o montado de sobreiro tende a transformar-se num sistema cultural de monofuncionalidade, orientado para aumentar a produtividade da cortiça, por via de adensamentos e povoamentos estromes. A contribuir para esta alteração de práticas culturais estão também algumas medidas adoptadas ao abrigo das políticas



**Figura 15.** Montado de sobreiro mostrando a sua multifuncionalidade com as suas três componentes: agrícola, florestal e pecuária, na região de Coruche. Fonte: (COSTA *et al.*, 2007, p.17).



**Figura 16.** Sobreiro com elevada densidade, monofuncional, na região de Macedo de Cavaleiros. Fonte: (COSTA *et al.*, 2007, p.18).

agrícolas europeias direccionadas para o adensamento dos povoamentos, desenvolvidas nas duas últimas décadas. “Deste modo, o sistema tradicional de montado com as suas típicas três componentes - floresta, agricultura e pecuária - poderá reduzir-se nos anos vindouros.” (COSTA *et al.*, 2007, p.20).

#### ▪ DA IDADE MÉDIA AO SÉC. XX – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MONTADO

As primeiras expressões do Montado terão resultado da necessidade que o Homem teve em desbravar as florestas e bosques mediterrânicos, na conquista de terra onde pudesse praticar a agricultura e obter pastagens para os animais que criava. Para isso fez uso do fogo, com o objectivo de tornar menos denso o coberto arbóreo, limpando os matos para aproveitar lenha e bolotas. A destruição total das florestas só terá ocorrido nos melhores solos agrícolas para as culturas hortícolas. (FONSECA, 2002)

O aumento e intensificação da pecuária deu-se com o crescimento populacional e as maiores necessidades dos bens produzidos por esta actividade, como lã, carne e leite. A par do crescimento da pecuária ter-se-á verificado também, um aumento no cultivo de cereais e na obtenção de carvão.

De uma forma genérica, a expansão dos montados está directamente relacionada com os períodos de maior pressão demográfica, contrapondo-se alturas de fomes e pestes ao abandono dos mesmos face a regressão populacional. Durante estes períodos, nos séculos XIV e XVII, em que o montado ficou sujeito ao abandono, a vegetação teve tempo de evoluir e regenerar-se, passando o sob-coberto a ser arbustivo.”Esta situação foi especialmente acentuada no século XIV, com a peste negra, que dizimou cerca de 1/3 da população do País” (FONSECA, 2002).

No século XVI, com o aumento da procura de madeira para a construção naval, foram criadas as primeiras medidas protectoras destas árvores que indicavam a reflorestação das florestas com sobreiros e outros carvalhos.

No século XVIII, novamente devido a um aumento populacional, a produção do montado centrou-se na pecuária, para obtenção de carne e lã, o que prolongou uma exploração menos intensiva do sistema. Porém, esta população centra-se no litoral e na zona de Lisboa, o que aumentou as necessidades dos produtos do montado nestas regiões. A produção de lã era também neste período um sector muito importante na economia do montado, que permitia melhorar o rendimento destas populações.

Verificamos deste modo a forma como os montados tiveram um papel importante na economia das populações menos favorecidas. Dele era possível obterem produtos que equilibravam as suas necessidades alimentares com a carne da pecuária, da caça ou do que pescavam nos ribeiros. Paralelamente, cultivavam alguns terrenos com cereais (após a introdução dos mesmos a partir do

século XV). Deste sistema retiravam também o mel, tubérculos e algumas raízes, pequenos frutos, cogumelos e plantas medicinais, recursos que na época tinham maior importância. Obtinham cera e lenha que lhes permitia aquecer e ter luz, bem como ter matéria-prima para a o mobiliário e utensílios de que necessitavam (FONSECA, 2002).

Durante o século XVIII, surgem as primeiras unidades de transformação manual da cortiça, tendo esta actividade, na segunda metade do mesmo século, gerado um comércio de exportação considerável no nosso país (MENDES, 2007). Com a crise no sector dos cereais devido à concorrência externa, a produção nos montados voltou-se para a pecuária extensiva e para exploração da cortiça, que conhecia agora um período de expansão. As actividades nos montados centraram-se assim no aproveitamento do solo para algum cultivo de cereais e pastagens.

A prática de uma gestão multifuncional das florestas de sobreiro nasceu quando, em finais do século XIX, com a crescente valorização da cortiça, se estabeleceu a cultura arvense em sob-coberto em conjunto com a pastorícia do porco preto. Assim chega até aos nossos dias a chamada *subericultura*, exploração que, embora direccionada para a produção de cortiça, é multifuncional (COSTA *et al.*, 2007)

Apesar dos muitos benefícios ambientais e sociais promotores do desenvolvimento que esta gestão multifuncional dos montados de sobre proporcionam, a intensificação da agricultura praticada nestes sistemas, em solos já inicialmente pouco férteis e delgados, aliada a um uso excessivo de mobilização profunda dos solos, arroteias<sup>10</sup>, condenaram estes sistemas ao declínio. A juntar a este facto estão também práticas silvícolas como as arreias<sup>11</sup> e o pastorícia intensiva, que dificultaram a regeneração do arvoredo, bem como a crescente susceptibilidade desta espécie a pragas (Natividade, ref. *in* COSTA *et al.*, 2007, p.31).

Nos últimos anos, a moderação das práticas culturais nos subsistemas agrícola e pecuário, como consequência da menor importância relativa destas produções na economia gerada pelo montado, têm vindo a melhorar o equilíbrio deste ecossistema. Actualmente, a viabilidade económica passa quase exclusivamente pela cortiça, constituindo a cultura das forragens e a produção do porco preto um complemento da economia deste sistema, embora importante.

O montado de sobre adaptou-se às novas condições económico-sociais; o pastoreio, antes intensivo, passa a ser ordenado e extensivo, de modo a que o seu impacto no arvoredo e na sua regeneração não seja negativo; e a cultura de arvenses desapareceu quase por completo. “Com a

---

<sup>10</sup> “Arroteias: Primeira lavoura dada às terras incultas ou pousios cobertas de matos (giestas, estevas, carquejas, urzes) e que consiste numa mobilização profunda do solo (40 a 60 cm) para melhorar as suas condições físicas e retirar o raizame da vegetação espontânea” (SILVA, 2007, II, p.232).

<sup>11</sup> “Arreias: Poda de ramos ou limpeza da copa, prática silvícola principalmente introduzida quando a exploração pecuária e a cultura agrícola sob-coberto se associam à subericultura” (SILVA, 2007, II, p.232).

alteração da densidade do arvoredo, a diminuição da pressão das culturas forrageiras e com os tipos de rotações e os pousios, este ecossistema tornou-se num dos mais ricos em biodiversidade com sustentabilidade económica.” (COSTA *et al.*, 2007, p.32).

#### ▪ **MULTIFUNCIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE DO MONTADO**

O facto que de mais fascinante têm os montados, sejam eles de sobreiro ou de azinho, é de como uma artificialidade tão grande que chegou até aos nossos dias é a base de uma diversidade que chega a ser “mesmo superior à dos bosques clímax mediterrânicos a partir dos quais o montado evoluiu” (FREITAS)<sup>12</sup>. Isto deve-se à multiplicidade de composições que estruturam o mosaico do sistema. No arvoredo conjugam-se e interpolam-se áreas de diferentes densidades, que criam variações no espaço, a que se associam também diferentes composições de sob-coberto (pastagem, cultura ou mato mais ou menos desenvolvido).

A elevada biodiversidade que os montados preservam, também faz com que sejam considerados um modelo de desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração e a conservação. De facto, “a exploração da cortiça é, em todo o sistema florestal português, aquela que melhor reúne condições de sustentabilidade em termos ecológicos” (FREITAS)<sup>13</sup>, sendo possível extrair a cortiça dos sobreiros sem que estes sofram danos ou deixem de cumprir a sua função na preservação dos solos ou na manutenção da biodiversidade.

35

O valor na conservação da natureza proporcionado por estes agrossistemas é de extrema relevância, mas para além disso, esta actividade económica preserva a ruralidade que mantém o tecido social vivo em zonas frequentemente marginais. A perda da actividade corticeira, pode vir a significar também o abandono das terras agrícolas e o despovoamento de zonas, que apesar de serem actualmente pouco povoadas, são ainda zonas com capacidade de regeneração social e demográfica.

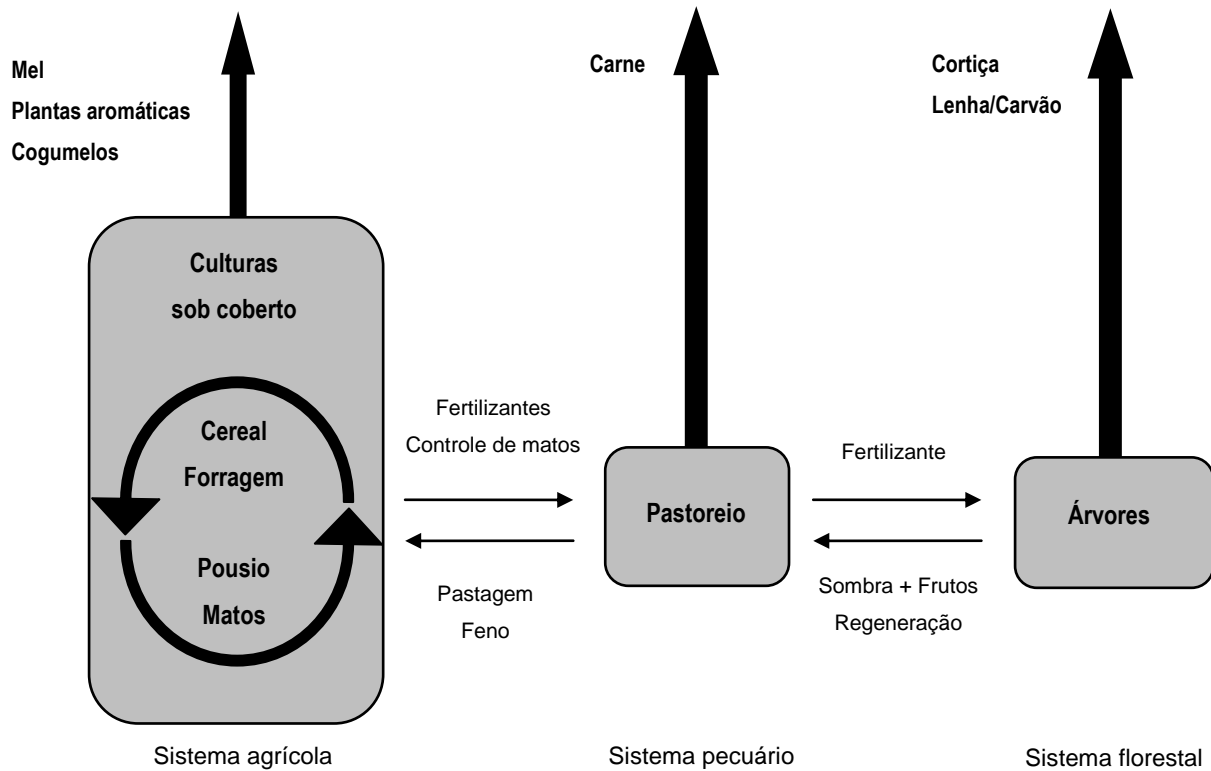
A problemática coloca-se então em como conciliar estas práticas sustentáveis (ambiental e socialmente) e multifuncionais atractivas para novos mercados, criando e diversificando os produtos oferecidos sem descuidar, pelo que o passado nos ensina que, os usos que se revelaram mais sustentáveis a longo prazo foram aqueles que implicaram uma utilização menos intensiva do sistema. A multiplicidade do montado de sobreiro assenta em considerar igualmente importantes todos os bens por ele fornecidos sejam eles; os produtos que resultam directamente da actividade florestal (cortiça, lenhas das podas); ou os produtos e actividades (mel, cogumelos, plantas aromáticas caça, pastoreio, agricultura, pastagens) que resultam da utilização associada a estes povoamentos; ou bens sem valor comercial resultantes da presença das árvores, tais como a sua contribuição para o

---

<sup>12</sup> *In* <http://natura.link.sapo.pt/article.aspx?menuid=21&cid=13669&bl=1> (Consult. Janeiro 2010).

<sup>13</sup> *In* <http://natura.link.sapo.pt/article.aspx?menuid=21&cid=13669&bl=1> (Consult. Janeiro 2010).

equilíbrio ecológico na conservação do solo e regularização dos regimes hídricos; ou para actividades de recreio (COSTA *et al.*, 2007). "Neste tipo de exploração não se trata de maximizar todas as produções no mesmo espaço, o que seria impossível, porque existem incompatibilidades entre elas, mas sim, e numa perspectiva de sustentabilidade ecológica e económica do ecossistema, maximizar uma ou outra das produções, o que vai condicionar o tipo de sistema cultural e de exploração aplicados" (COSTA *et al.*, 2007, p.31).(ver Figura 17).



**Figura 17.** Esquema da multifuncionalidade do montado de sobro com identificação dos principais sistemas de exploração e respectivos produtos. Fonte: (COSTA *et al.*, 2007, p.30), adaptado de Pinto Correia e Vos, 2004.

## 02. ... DESENVOLVIMENTO RURAL

### 021. DESENVOLVIMENTO: O QUE SIGNIFICA?

*“A riqueza não é manifestamente o bem que buscamos; pois ela é meramente utilitária, em vista de outra coisa”  
(Aristóteles, Ética a Nicómano)*

Segundo uma das definições online do Dicionário da Porto Editora, “*Desenvolvimento*” é a “passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior; progresso, evolução” ou, numa abordagem económica, o “estado do país que apresenta um alto nível de produtividade e um nível de vida elevado; avanço tecnológico”<sup>14</sup>. Estas são as definições que melhor podem definir o conceito que será abordado neste trabalho, embora este não corresponda totalmente à ideia pretendida.

A primeira ideia que nos surge quando pensamos em *desenvolvimento* é de facto relacionada com o sector económico, o que tem a sua razão de ser. Esta concepção é relativamente recente e, segundo Araghi (referenciado por MORREIRA, 2001, p.125), surge em 1916 quando a palavra foi usada para distinguir “países subdesenvolvidos e países a necessitar de desenvolvimento.” (MORREIRA, 2001, p.125)

No entanto, só a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento ganhou maiores contornos, como forma de distinguir os dois tipos países acima mencionados. Dos vários modelos explicativos que procuravam demonstrar como passar de um estado em desenvolvimento para um desenvolvido podem reter-se três aspectos comuns. Em primeiro, é reconhecida a “vantagem em passar de um estado mais atrasado a outro mais avançado (modernizado)”. Em segundo, era consensual que “a via central para o conseguir é a modernização tecnológica” (BAPTISTA, 2007/2008, III p.4) ao possibilitar um aumento na produtividade do trabalho. Por último, todo este processo era visto como um sistema que desencadearia “múltiplas possibilidades de actuação e numerosas hipóteses de mobilidade social” (BAPTISTA, 2007/2008, III, p.4), beneficiado pelos diferentes agentes sociais com diferentes graus de sucesso.

Com uma Europa devastada e o reconhecimento por parte dos Estados Unidos de detentores de uma maior “capacidade industrial e agrícola do que a necessária para o consumo doméstico”, a reconstrução do continente europeu foi vista como uma forma de escoamento dos excedentes

---

<sup>14</sup> In <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/desenvolvimento> (Consult. Setembro 2009)

americanos. “O discurso do desenvolvimento, surgia então, como a ideia de uma *New Deal* à escala mundial.” (Araghi, cit. in MOREIRA, 2001, p.125).

Mais tarde, já nos anos 60, inicia-se a *revolução verde* e a agricultura assume-se como um “sector crítico condicionando o próprio crescimento industrial” que até então era central na questão do desenvolvimento. Neste período era já visível que “a industrialização e o Produto Bruto não chegavam para satisfazer as necessidades básicas da população mais carente” (MOREIRA, 2001, p.127), o que levou ao surgimento de novos modelos de desenvolvimento que reflectiam também os mecanismos de redistribuição, com o objectivo de reduzir a pobreza. Neste contexto, surge o *desenvolvimento rural integrado* onde se apontava como “prioridade atender às *necessidades básicas* da população, via defendida pela OIT”<sup>15</sup> (MOREIRA, 2001, p.127).

Uma década mais tarde, surge o conceito de *desenvolvimento endógeno*. Neste, o objecto central torna-se o “Homem como fim último e agente crítico do desenvolvimento” (MOREIRA, 2001), é introduzida uma dimensão cultural e ética por se compreender que o desenvolvimento é mais complexo do que a noção clássica e meramente económica. Nesta concessão, o “desenvolvimento não se limita assim a tomar as populações como o agente dos processos, mas destes serem definidos em função dos seus quadros culturais, sociais e económicos” (BAPTISTA, 2007/2008, III, p.6), cada estratégia deve ser definida localmente.

Com a crescente consciência dos problemas ambientais, ainda na década de 70, surge também o *ecodesenvolvimento*, que segundo a definição de Sachs, é “um desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” (Ceña, ref. in, MOREIRA, 2001, p.127). É com base nesta e noutras perspectivas anteriores que emerge nos anos 80 e chega até aos nossos dias o conceito de *desenvolvimento sustentável*.

As mais recentes definições de desenvolvimento vão ao encontro de novas componentes, reconhecendo a complexidade do conceito, entendido como “um processo que permite aos seres humanos desenvolver a sua personalidade, ganharem confiança em si próprios e terem uma existência digna e desafogada” (BAPTISTA, 2007/2008, II, p.1). Um processo que “liberta as populações do medo (...) e da exploração”, onde não há espaço para “a opressão política, económica e social”, e é através deste que a “independência política adquire o seu verdadeiro sentido” (BAPTISTA, 2007/2008, II, p.1) É um “processo de crescimento que tem a sua fonte primeira na própria sociedade que está a evoluir” (Julius Nyerene, cit. in BAPTISTA, 2007/2008, II, p.1).<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Organização Internacional do Trabalho

<sup>16</sup> *Défis au sud*, Relatório da Comissão Sul, redigido sob a influência de Julius Nyerene, ex. presidente da Tanzânia, 1990).

## 0211. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*“A poluição mais grave é a pobreza”  
(Indira Gandhi)<sup>17</sup>*

Desde há umas décadas atrás que a forma de desenvolvimento que tem vindo a ser discutida internacionalmente se faz acompanhar de um outro conceito, o de sustentável. Sem pretender fazer uma reflexão exaustiva do conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, neste capítulo pretende-se fazer uma breve definição do mesmo dado a referência quase obrigatória que actualmente este tem ao nível global.

Como foi anteriormente referido, o desenvolvimento económico rápido do pós-guerra, em termos agrícolas e industriais (período ironicamente conhecido como os 30 anos “gloriosos” (1945-1975) (THIRION *et al.*, 2003, III, p.302) conduziu a problemas ambientais visíveis e localizados, cujos responsáveis são fáceis de identificar, como a produção de resíduos, fumos de fábricas, erosão dos solos, poluição dos cursos de água, entre outros, dos quais só se teve consciência nos anos 70.

Nos anos 80 verificou-se a divulgação e consciencialização do público da existência de fenómenos como o “buraco” da camada de ozono, as chuvas ácidas, a desertificação, o efeito de estufa e a desflorestação, por exemplo. Estes problemas têm causas difusas e as suas origens não são claramente identificáveis. A questão ambiental torna-se um problema à escala global. Ao mesmo tempo, constatou-se que o crescimento económico não abrangia a maior parte da população, nomeadamente em países que verificaram um grande crescimento demográfico, que tiveram efeitos desastrosos nas condições sociais destas populações para além de graves pressões ambientais.

Ocorre assim a transposição destas questões para o plano global, levando a que a UNESCO, em 1968, tenha organizado a primeira conferência internacional sobre a gestão racional e a conservação dos recursos da Biosfera. Quatro anos mais tarde, em 1972, é publicado o Relatório Meadow, pelo Clube de Roma, denominado “*Alto do Crescimento*”. Este relatório parte da constatação de que existe um limite na exploração dos recursos não renováveis do planeta, bem como que os níveis de consumo dos mesmos não pode ser indefinido. Por fim, e o que suscitou grandes críticas, o documento conclui que a única forma de fazer recuar a inexorável rarefacção dos recursos naturais seria orientar o crescimento para o nível zero, indo totalmente contra a ideologia dominante da época, segundo a qual o crescimento da actividade económica é sinónimo de prosperidade.

No mesmo ano ocorre em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, o que demonstra a compreensão da relação entre os dois, no sentido dos seus

---

<sup>17</sup> Declaração quando Primeiro Ministro indiano

participantes estabelecerem um compromisso que equilibre os interesses económicos e ecológicos em conjunto. Não se condena aqui o crescimento económico, nem se negam as melhorias e benefícios alcançados com o mesmo, apenas se considera que este deve ser responsável, ecologicamente viável e benéfico para o ser humano (THIRION *et al.*, 2003, III, p.302). Desta conferência surge no ano seguinte, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento. A comunidade científica vai-se mobilizando progressivamente na conciliação do crescimento económico e da protecção do ambiente. Após a rejeição da ideia do crescimento zero, procura-se um *outro desenvolvimento* que vai ao encontro da noção de *eco-desenvolvimento*<sup>18</sup>.

O conceito de desenvolvimento sustentável é usado pela primeira vez em 1987 no relatório *O Nosso Futuro Comum*<sup>19</sup>, elaborado pela Comissão das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento (conhecida por Comissão Brundtland) sendo definido como o processo de transformação que “responde às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras virem a satisfazer as suas” próprias necessidades. “O desenvolvimento sustentável não é um estado de equilíbrio, mas sobretudo um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a escolha dos investimentos, a orientação do desenvolvimento técnico, assim como a mudança institucional são determinados em função tanto das necessidades actuais como das necessidades futuras” (cit. *in* THIRION *et al.*, 2003, III, p.302). Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. Pela figura 18, é possível compreender que esta nova abordagem de desenvolvimento integra aos aspectos sócio-económicos uma componente ambiental.

Ora, se *desenvolvimento* for entendido como uma mudança para um estado seguinte “sempre mais perfeito do que o anterior” e *desenvolvimento sustentável* como o “processo de desenvolvimento económico que procura assegurar a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, na dupla perspectiva espacial e temporal, *ecodesenvolvimento*”<sup>20</sup>, a questão que coloco é se não deverá o significado de *sustentável* ser uma condição *sine qua non* do simples significado de desenvolvimento. Ou, em vez de chamar-mos *sustentável*, definirmos o desenvolvimento *equilibrado*, tentando sempre acautelar as consequências no sentido de minimizar os danos causados.

---

<sup>18</sup> “Eco-desenvolvimento: desenvolvimento que procura conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento económico e de protecção do ambiente” (Sachs, ref. *in* THIRION *et al.*, 2003, III, p.302).

<sup>19</sup> *O Nosso Futuro Comum*, ou também relatório de Brundtland, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas. Integra uma série de iniciativas anteriores à Agenda 21 que demonstram uma visão crítica face ao tipo de desenvolvimento seguido pelos países ditos desenvolvidos (industrializados), salientando os riscos do uso desregrado dos recursos naturais, não considerando a capacidade limite dos ecossistemas.

<sup>20</sup> *In* <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/desenvolvimento> (Consult. Setembro 2009)

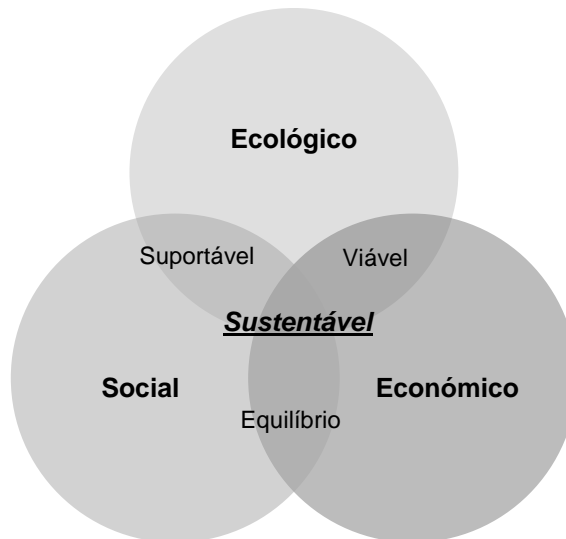


Figura 18. Esquema representativo das várias componentes do desenvolvimento sustentável

## 0212. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Desde o momento da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) foi sendo cada vez mais desajustada a relação única do desenvolvimento com o crescimento económico. Veiga, afirma que até inícios da década de 60, a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento económico não se fazia sentir, nomeadamente porque “as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização” (cit. *in* BAPTISTA, 2007/2008, II, p.2-3). Por outro lado, os países que se encontravam à margem desta industrialização permaneciam subdesenvolvidos e pobres. No entanto “foram surgindo evidências de que o intenso crescimento económico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (...) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos” (Veiga, cit. *in* BAPTISTA, 2007/2008, II, p.3). Especialmente no acesso às necessidades básicas da população, como a saúde e a educação. Assim nasceu o intenso debate à volta do termo *desenvolvimento*.

41

## 0213. AMARTYA SEN, O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

O autor, e Nobel da Economia em 1998, Amartya Sen, explica a sua abordagem ao conceito de desenvolvimento no livro *Desenvolvimento e Liberdade*, mostrando de que forma a liberdade é um meio para atingir o desenvolvimento.

Mesmo nos países mais ricos podemos encontrar grandes discrepâncias ao nível das necessidades básicas necessárias ao ser humano. Problemas antigos como a fome e a violação de liberdades políticas elementares persistem, embora o Mundo se tenha industrializado e adquirido um

avanço científico nunca antes visto. Para Sen, a cessão de tais problemas é imperativa para que haja desenvolvimento e deve assumir um compromisso social. Todo e qualquer desenvolvimento não deverá ser mais do que um meio para alcançar essa liberdade. Por outras palavras, e não ignorando a importância que o crescimento económico possa ter como um meio de adquirir a liberdade, esta só existirá quando forem ultrapassados todos os obstáculos às escolhas pessoais de cada indivíduo. A liberdade de entrar em mercados, como por exemplo, no mercado de trabalho, pode ser em si uma contribuição muito importante para o desenvolvimento.

Segundo Sen (2003), o desenvolvimento é um meio para o “alargamento das liberdades reais de que as pessoas podem desfrutar”, e só existe desenvolvimento quando as consequências do crescimento trazem benefícios e dignidade à condição humana. Pressupõe que “capacidades elementares, tais como a possibilidade de escapar à fome, à subnutrição, à doença evitável e à mortalidade prematura” têm de ser respondidas, assim como as liberdades que decorrem da alfabetização, da participação política aberta, da livre expressão”.

Segundo Sen e Mahbud, (ref. *in* BAPTISTA, 2007/2008, II, p.23), só existe desenvolvimento quando as consequências do crescimento trazem benefícios e dignidade à condição humana, resumindo esses benefícios em quatro essenciais:

- Uma vida longa e saudável;
- Instrução;
- Acesso aos recursos básicos para uma vida digna;
- Poder participativo ao nível político e da comunidade.

42

Quando um dos aspectos anteriores for inacessível, todos os outros também o serão, pois estes são os mais elementares possíveis para que haja o bem-estar do indivíduo. A liberdade é o elemento chave para que o desenvolvimento seja concretizável, porque só quando as pessoas fazem as suas próprias escolhas, de forma consciente e participativa, vivendo o tipo de vida que escolheram, estão verdadeiramente no exercício da sua liberdade.

Os verdadeiros beneficiários do processo de desenvolvimento são as pessoas, e são elas também a maior riqueza que uma nação pode ter (Relatório do PNUD, 2004, ref. *in* BAPTISTA, 2007/2008, II, p.23), pelo que têm de ser preservadas. Dadas as condições de liberdade por cada nação, cada indivíduo tem de ter a consciência da sua responsabilidade participativa, ou seja, do seu papel como agente dinamizador do desenvolvimento. De acordo com esta perspectiva, o desenvolvimento consiste na remoção dos vários tipos de restrições que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas, que procuram essencialmente viver bem e por muito tempo. As realizações ao alcance de cada um dependem das oportunidades económicas, das liberdades políticas, dos poderes sociais, da boa saúde, da educação básica, e dos incentivos e estímulos às suas iniciativas.

Esta sugestão de encararmos o desenvolvimento como um processo de alargamento das liberdades, contrasta com outras perspectivas mais restritas, que o identificam com o crescimento da produção, com o aumento dos rendimentos, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social. Esta mudança de paradigma orienta a acção para os fins que tornam o desenvolvimento importante, em vez dos meios que desempenham papéis de relevo.

## 022. DESENVOLVIMENTO RURAL

Desenvolvimento rural é um conceito sobre o qual muito se tem reflectido na Europa e um pouco por todo o mundo, essencialmente nas duas últimas décadas. Este conceito poderá ser definido como a “melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os princípios: da eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica” (MARTINHO, 2000, p.2). O interesse por este conceito, ficou a dever-se, essencialmente, ao surgimento de um conjunto de preocupações, dado o evoluir de uma série de condicionalismos, na Europa e no mundo em geral, e em cada um dos países particularmente. Segundo Ceña, o “(...) desenvolvimento rural teve a sua origem no fracasso dos modelos de desenvolvimento económico elaborados e aplicados nas décadas de 50 e 60 para resolver o maior problema dos países em desenvolvimento, a pobreza” (ref. *in* MOREIRA, 2001, p.128). Embora aplicado como uma estratégia para responder aos problemas dos países mais pobres, também nos países mais ricos o desenvolvimento rural procurou colmatar as diferenças entre as áreas urbanas e as rurais (MOREIRA, 2001).

43

A conjuntura gerada pela Revolução Industrial no século XVIII, em termos gerais, implicou uma alteração na forma de ver a economia e nas práticas de crescimento económico. Esta conjuntura foi-se desenvolvendo, amortizada com as guerras mundiais, e fez sentir os seus efeitos na maioria dos países, um pouco mais recentemente. Assim, as teorias de crescimento e de desenvolvimento económicos deixaram de considerar e de se basear na terra como o principal factor limitativo e começaram a ter em consideração o capital e a sua acumulação, como o principal motor das economias, o qual tem vindo a ser substituído pela aposta na informação, educação e inovação (MARTINHO, 2000). Ao nível prático verificou-se um conjunto de alterações radicais em toda a estrutura de funcionamento das economias, face às consequências geradas pelo aparecimento das novas tecnologias, como, o crescimento económico sem precedentes na história mundial, que foi sempre acompanhado pela modernização dos sectores da Economia. As principais alterações foram o agudizar das diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano e a ocorrência de enormes ondas de êxodo rural. Esta deslocação da população deve-se, por um lado, à procura de melhores condições de vida nos meios urbanos (os trabalhos agrícolas eram na altura muito mais penosos, árduos e mal recompensados), e por outro, à falta de alternativas de emprego nos meios rurais, (embora se verificassem avanços na modernização da principal actividade económica existente na altura nestes meios, a agricultura, através da mecanização e da utilização de fertilizantes químicos).

Os efeitos destes “avanços” são hoje em dia questionáveis. Se é verdade que as populações conheceram melhorias que as gerações anteriores desconheciam, pelos avanços tecnológicos também são uma realidade os impactos ambientais negativos que o uso de fertilizantes químicos tiveram na contaminação dos freáticos e dos solos, e de uma forma geral a intensificação da agricultura. Em resposta a estas preocupações e à reduzida importância do sector agrícola na economia, em particular nos meios rurais, surge a antiga PAC (Política Agrícola Comum) (MARTINHO, 2000).

A PAC foi criada em 1958 na Conferência de Stressa, logo no início da construção da UE (União Europeia, designada CEE - Comunidade Económica Europeia - antes do Tratado de Maastricht de 1992), com o objectivo de se fazer face aos problemas que se faziam sentir na altura, nomeadamente a falta de alimentos. Havia, também, a necessidade de garantir que estes chegavam aos consumidores a preços acessíveis e de assegurar o rendimento dos agricultores. Por isso, foram criadas, logo no seu início, um conjunto de medidas de preços e mercados por produto agrário, que foram reunidas na OCM (Organização Comum de Mercado), e que visava colmatar os problemas antes identificados, actuando ao nível dos preços, do que decorreu a criação dos preços institucionais; ao nível das ajudas directas à produção; e ao nível das trocas, criando-se mecanismos, no âmbito das importações e das exportações, de protecção dos agricultores europeus da concorrência externa à Comunidade (MARTINHO, 2000).

44

No entanto, estas medidas tiveram alguns efeitos pretendidos e novos problemas surgiram, nomeadamente no que diz respeito aos excedentes de produtos agrários e problemas ambientais, provocados pelo uso abusivo de produtos químicos e por uma agricultura intensiva. Por sua vez, as políticas saídas da Reforma da PAC foram complementadas com as políticas sócio-estruturais do II QCA (Quadro Comunitário de Apoio) (MARTINHO, 2000).

A nível europeu, em termos políticos, a PAC evoluiu no sentido de uma tomada de consciência crescente do desenvolvimento rural, nomeadamente de uma agricultura multifuncional. Assim, desde 1992, convergindo com as orientações do Rio, a reforma da PAC permitiu a introdução de objectivos de ordem ambiental através da aplicação do regulamento (CEE) nº2078/92, relativo aos métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e conservação dos espaços naturais (THIRION *et al.*, 2003, I). É atribuído um apoio financeiro aos agricultores que se comprometem a praticar técnicas respeitadoras do ambiente. Simultaneamente, a introdução do conceito de multifuncionalidade da agricultura enquadra-se igualmente na ideia de explorações agrícolas sustentáveis. A partir de então, esta orientação não cessou de se afirmar, conduzindo ao RDR (Regulamento de Desenvolvimento Rural), expressão do segundo pilar da PAC e na qual a referência ao desenvolvimento rural é claramente definida.

Daí que, em termos europeus, e como já se vinha sublinhando há algum tempo, o Desenvolvimento Rural viu, principalmente em 1992 com a Reforma da PAC e em 1994 com o II

QCA, a sua importância reconhecida. A conciliação das actividades agrárias com outras que podem ser desenvolvidas em meio rural (artesanato, turismo rural, turismo de habitação e actividades ambientais) permitirá garantir rendimentos e fixar as populações nos mundos rurais, encarando o desenvolvimento destes meios em termos globais, diversificando desta forma as actividades económicas e preservando valores culturais, sociais e ambientais.

Actualmente, o Desenvolvimento Rural é assumido como um processo integrado que tem como objectivo a exploração do potencial endógeno das zonas rurais, no que diz respeito à procura de novas fontes de rendimento, para além da produção agrícola, com vista à criação de emprego e à fixação da população, como forma de combater a crescente abandono destas zonas (THIRION *et al.*, 2003, I).

## **0221. UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

O desenvolvimento em meio rural deve ser concretizado através da diversificação em sectores, trata-se de produzir território atraente e atractivo para diversos mercados, não existindo soluções universais para este efeito, uma vez que cada território reúne características, e recursos muito variados. Não podem ser traçados caminhos de gestão de “protecção intocável” do espaços rurais que ignoram a relação íntima que estas espaços têm com a comunidade local e cada vez mais com o meio exterior, uma vez que vivemos num mercado global. Deste modo, há que assumir este facto, não como um factor limitativo ou uma fatalidade, mas como uma mais valia que deve exaltar as particularidades de cada território, enaltecendo-as. “Um espaço-território não tem que se precaver contra a globalização, mas antes contra a sua incapacidade de autodeterminação perante esse movimento globalizante” (Alves, cit. *in* MOREIRA, 2001, p.169). É crucial que se retirem as vantagens de estar inserido num mercado global, nomeadamente pela dinamização económica e possibilidade de exportação para diferentes sectores de consumo que anteriormente eram escassos.

O desenvolvimento rural deve efectuar-se na perspectiva de que as realidades nos meios rurais são imensas, tanto em termos económicos, como sociais, estruturais e institucionais. Como tal, ter-se-á de apostar na análise de cada caso e procurar formas de actuação adequadas, havendo com toda a certeza em comum a necessidade de diversificar as actividades em meios rurais, onde a agricultura é uma actividade a preservar não só por questões económicas mas também sociais. O que não poderá ser olvidado é que a agricultura é imprescindível para a manutenção de uma série de indústrias e serviços e para manter alguma subsistência e autonomia alimentar.

A gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais faz-se através da valorização das externalidades positivas criadas pelos sistemas agro-florestais e da manutenção dos valores paisagísticos associados ao espaço rural, bem como na optimização da utilização dos recursos naturais com vista à durabilidade dos sistemas.

A revitalização económica e social dos meios rurais, centra-se no desenvolvimento da atractividade destas zonas, através do desenvolvimento económico e criação de oportunidades de emprego, numa estratégia integrada de diversificação das actividades, acompanhada pela aquisição de capacidades das populações locais. Integra um novo conceito de ruralidade em que a agricultura é, assumidamente, apenas uma das componentes, uma parte do todo. Daqui resultam populações mais participativas, activas e dinamizadoras, capazes que ter novas iniciativas de desenvolvimento económico e social. Destas acções advém também uma maior coesão territorial e social, bem como uma relação de proximidade com o mesmo, através duma política pró-activa de intervenção pública.

## **0222. PATRIMÓNIO RURAL COMO AMENIDADE (COMPONENTE MATERIAL E IMATERIAL)**

A revalorização dos espaços rurais, nas perspectivas ambiental e cultural, insere-se numa nova concepção daqueles espaços enquanto patrimónios multifuncionais e intergeracionais, que articulam funções produtivas com funções culturais, ambientais, recreativas, pedagógicas e simbólicas. Este processo de patrimonialização do mundo rural relaciona-se não só com a relevância das temáticas da protecção da natureza e da paisagem, mas também com as actuais dinâmicas de valorização dos patrimónios históricos e culturais, enquanto eixos privilegiados para a valorização das memórias e identidades locais (FERRÃO, 2000). O espaço rural de hoje, “fragmentado em locais e manchas”, sectorial e especializado, reparte-se entre as funções que assegura, mas unifica-se com a crescente procura de um mercado como *espaço de consumo* (BAPTISTA, 2007/2008, I). Por conseguinte, é no interior deste quadro conceptual que se poderá compreender a patrimonialização do *saber-fazer* e das identidades locais e a sua introdução nas estratégias de desenvolvimento local e regional. A própria noção de *património rural* inclui uma nova valorização das suas componentes sociais e culturais, onde se articulam cultura e preservação do ambiente, e paisagem com pedagogia e formação das gerações mais jovens.

A abordagem desta *herança rural* (**património material e imaterial**) possibilita que se recuperem tradições e costumes que se foram perdendo com o processo de modernização da agricultura e as transformações no espaço rural. Património material refere-se às especificidades culturais que são visíveis, palpáveis, que vão desde as formas construtivas da arquitectura tradicional, aos muros de compartimentação dos terrenos, à forma como se dispõe as culturas num terreno, ou aos sistemas de regadio ancestrais. Por património imaterial entende-se tudo o que constitui o folclore de uma comunidade, com as suas lendas e tradições, danças, gastronomia, artesanato e o *saber-fazer* muitas vezes apenas transmitido de geração em geração. (BAPTISTA, 2007/2008, I).

O processo de patrimonialização tem duas vertentes: por um lado, “o estudo e a análise do património como contributo para decifrar e compreender o passado”; por outro, a apropriação e

(re)invenção do património pela população”, dando-lhe um significado contemporâneo de forma a melhor saber como tirar partido dele (Chevallier *et al.*, ref. in BAPTISTA, 2007/2008, I, p.5). Esta interpretação é similar ao sentido dado pela economia rural à noção de *amenidade rural*, com o intuito de “promover a valorização económica do património” (BAPTISTA, 2007/2008, I, p.5).

A propósito da concepção contemporânea do património, Daniel Desurvire afirma que “(este) não é só uma acumulação catalogada de monumentos célebres ou de objectos preciosos, ele resulta também de uma abordagem sensível, de uma inteligibilidade, de uma *démarche* de civilização. O património deve exprimir a ligação ao seu ambiente e à sua história” (DESURVIE, 1996, p.59). Tal como afirma a OCDE no seu relatório de 2002, a elevação do património a *amenidade* “é o valor que lhe é dado por um ou por vários grupos sociais determinados. Uma paisagem não é uma amenidade enquanto tal, para todos e em todo o lado: não o é senão para os grupos sociais para os quais tem um valor” (cit. in BAPTISTA, 2007/2008, I, p.6).

Esta evolução e alargamento da noção de património, no geral, podem ser aplicadas ao contexto rural, enquanto elemento de interpretação da paisagem, da história social e humana, ou da relação do homem com a natureza. Na prática, surgem por vezes os chamados “ecomuseus”, como instrumentos de interpretação da paisagem e do património imaterial, espaços abertos e vivos, interpretativos da história do passado, com as realidades do presente e com a preparação de um futuro equilibrado.

As práticas museológicas contemporâneas exercem-se no território, “trabalhando” o património na sua globalidade, através do envolvimento dos seus protagonistas e das suas memórias. Procura-se atribuir um novo uso social e didáctico a esse património que passa a fio condutor e estruturador da memória colectiva. É desta forma que se entende a concepção dos espaços museológicos actuais, dinâmicos, interactivos e participativos.

Como refere Carvalho, “o ecomuseu deve ser um museu do tempo (conhecer a História do território) e dos espaços (o território actual com percursos temáticos) e integrar actividades de dinamização da cultura local (...). A ideia de conservação não pode ser estática, criando reservas e proibindo, mas sim dinâmica, ordenando o uso dos espaços. Os estatutos de conservação e protecção da natureza, do património natural e cultural, da paisagem, além de instrumentos de ordenamento, conservação e desenvolvimento, devem também constituir meios de divulgação dos valores ecológicos, e são excelentes formas pedagógicas para motivar a consciência colectiva para a problemática da sustentabilidade do desenvolvimento” (2001, p.6). A tendência actual é para a preservação do património no seu contexto original, para que o seu significado simbólico seja globalmente entendido.

### 03. METODOLOGIA

A metodologia usada na análise e aplicação dos conceitos teóricos abordados baseia-se em conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico do curso de Arquitectura Paisagista em diferentes cadeiras. Após a reflexão e escolha dos conceitos a seguir, foi elaborado um estudo e caracterização de uma propriedade na vila de Aljezur onde se pretendem aplicar os mesmos.

O ponto de partida foi a escolha do espaço onde desenvolver o projecto, por reconhecer neste local o que Norberg-Schulz define de *genius loci*, e considerar que este possui “um carácter que o distingue de todos os outros” (MAGALHÃES, 2001, p.237). Foi feito um estudo do território, ambiente natural e ocupação histórica, no sentido de compreender as particularidades deste concelho, resumido nos itens do subcapítulo seguinte.

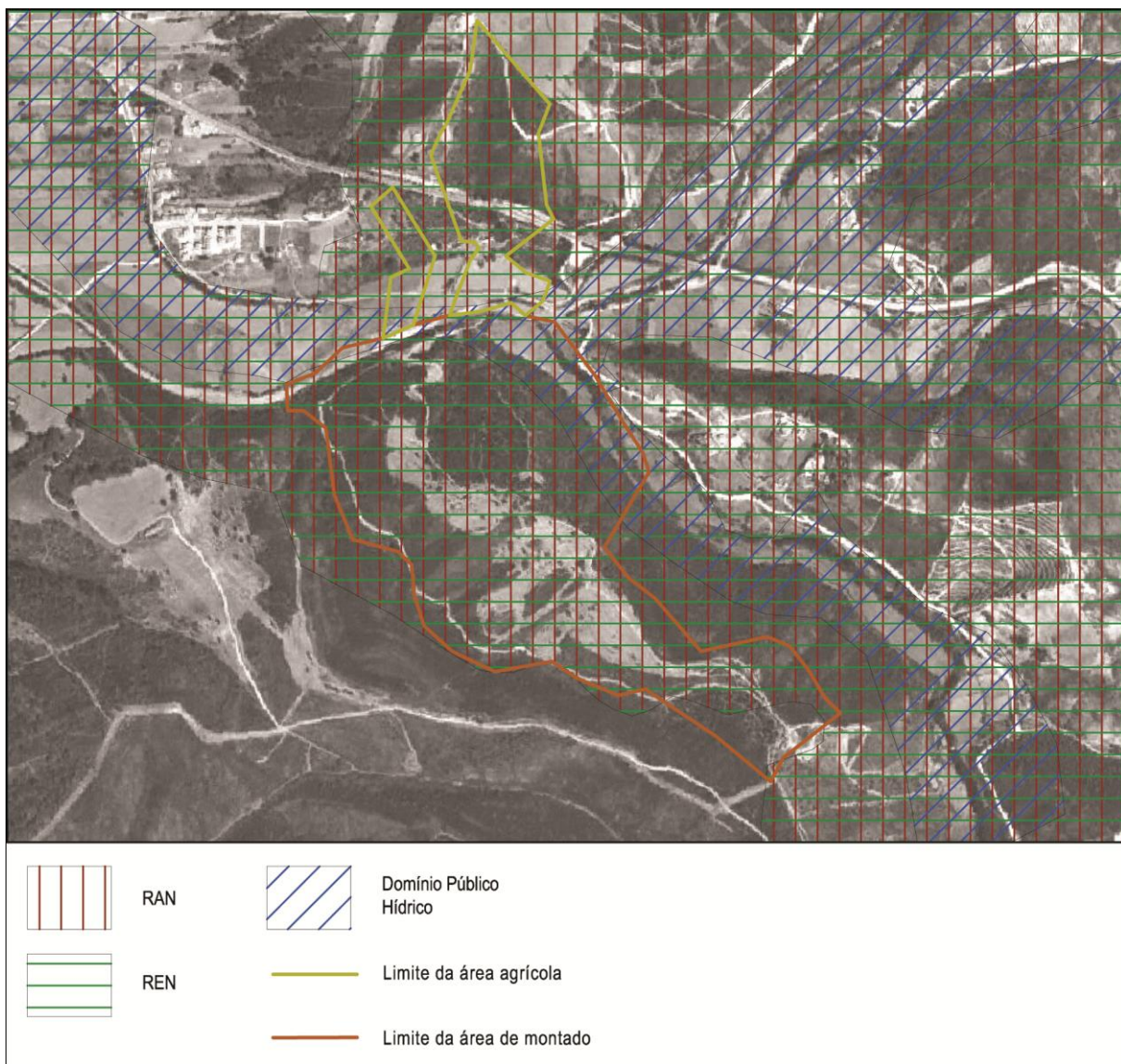
Foi tomada como base um extracto da carta de ordenamento presente no Plano Director Municipal de Aljezur<sup>21</sup> de 1995, contendo as restrições de utilidade pública, facultada pelos serviços da Câmara Municipal (Figura 19), onde constam as delimitações da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN), onde se insere a área de projecto. Tendo em conta estas delimitações, foram estudados os Decretos-Lei em baixo referidos que as definem, no sentido de compreender as limitações existentes quanto a actividades propostas e pequenas instalações de apoio.

- **Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março**, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho;
- **Decreto-Lei nº. 166/2008, de 22 de Agosto**, que aprova o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei nº. 93/90, de 19 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº. 180/2006, de 6 de Setembro;
- **Lei nº. 54/2005, de 15 de Novembro**, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Numa segunda fase, foram realizados mapas de análise (Carta de Hipsometria (Figura 20) e de Declives (Figura 21) e registados os elementos do património construído relevantes na área de projecto (moinhos e canais de regadio tradicional). Posteriormente foi elaborada uma carta de usos que abrangesse o conteúdo programático proposto com o objectivo de redefinir os usos/funções da propriedade abaixo descrita, à luz do conceito de multifuncionalidade, procurando mostrar as vantagens deste na diversificação de actividades e criação de emprego essenciais ao desenvolvimento rural. Por outras palavras, a intenção inerente à proposta será de otimizar e diversificar os usos existentes, assentes em pressupostos sustentáveis, do ponto de vista ambiental, social, estético e económico, mostrando a relação entre uma abordagem multifuncional da paisagem como forma de promover o desenvolvimento rural.

---

<sup>21</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/95



**Figura 19.** Adaptação da Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal. Escala 1:10 000.

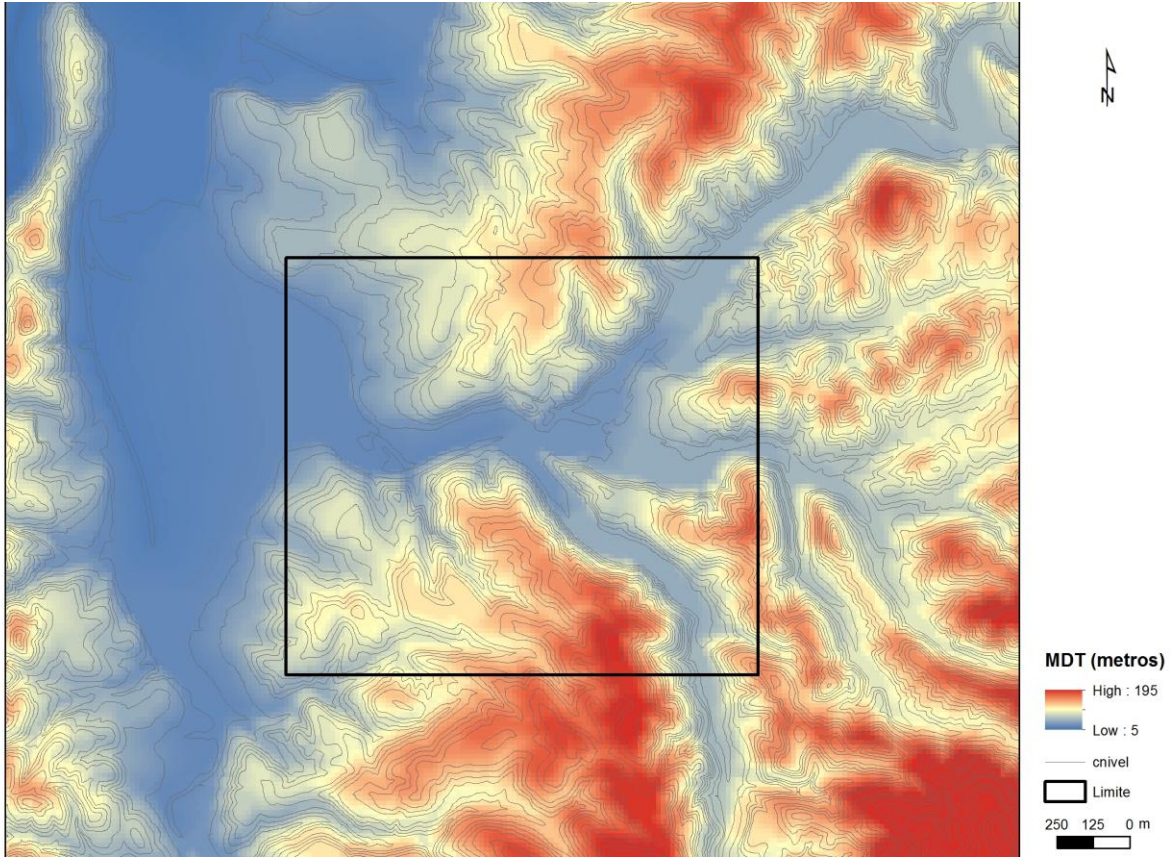


Figura 20. Carta de Hipsometria

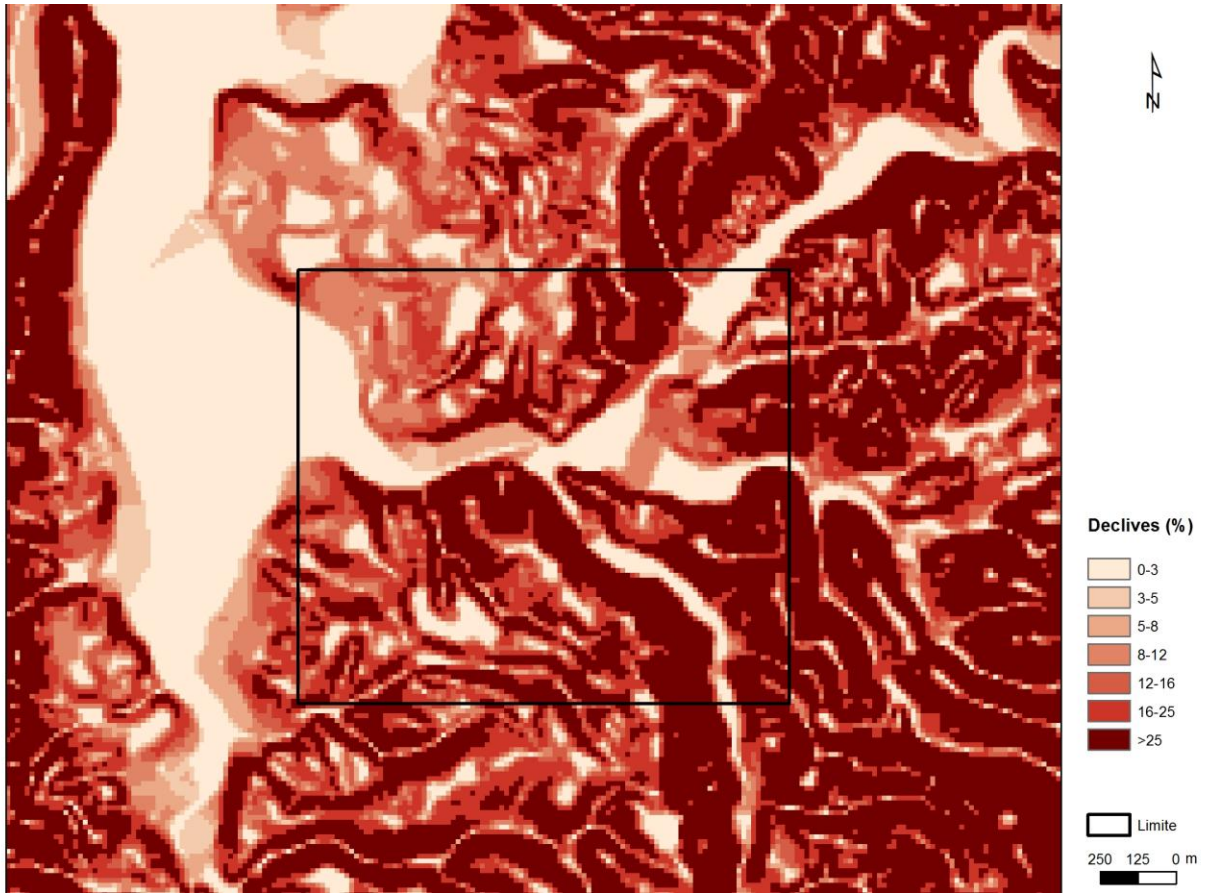


Figura 21. Carta de Declives

## 04. ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE PROJECTO: ALJEZUR

Aljezur situa-se na zona ocidental da região do Algarve, cerca de 5 km afastada da costa oeste de Portugal. Insere-se no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelo que se depreende a diversidade biológica e paisagística existente (Figura 22). Esta vila, sede de concelho, perfaz um total de 5323 habitantes, numa densidade de 16,5 hab/km<sup>2</sup> juntamente com as três freguesias que o compõem, Odeceixe, Rogil e Bordeira.<sup>22</sup> O Concelho de Aljezur, confronta a norte com o concelho de Odemira (Baixo Alentejo), separada pela Ribeira de Seixe, a oriente com os concelhos de Monchique e Lagos, a sul com o concelho de Vila do Bispo e a ocidente com o Oceano Atlântico.

Nas descrições que se seguem, procurou-se dar maior ênfase aos temas que dizem respeito ao concelho de Aljezur em geral mas, principalmente à freguesia, visto ser nesta que se situa a área de trabalho.

### 041. AMBIENTE NATURAL

No concelho de Aljezur podemos identificar três zonas morfológicas distintas: o litoral, a zona deprimida e a serra, com altitudes que variam entre a cota 0 (litoral) e os 356 m à medida que caminhamos para a serra de Monchique, a Este<sup>23</sup>. Estas situações específicas foram determinadas por dois factores preponderantes, geomorfologia e clima, que por sua vez influenciam a pedologia, fauna e flora (MORAIS, 1992).

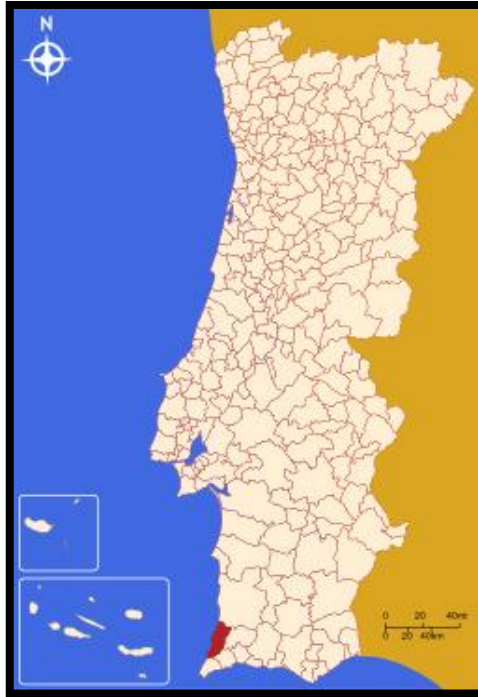
O litoral é rasgado quase perpendicularmente pelas linhas de água das principais ribeiras do concelho, Seixe, Aljezur e Carrapateira. Esta costa oriental é composta por arribas abruptas, evidenciando uma predominância da erosão marítima sobre a continental (Abreu *et al.*, 2002), e praias de extensos areais e vales encaixados perpendiculares à linha de costa e ao planalto litoral. Nesta paisagem marcada por arribas imponentes encontram-se praias de solos empapáveis, consequência da natureza xistosa do solo, e linhas de água em vales encaixados de elevada inclinação e erosão, que condicionam a actividade agrícola (Figura 23-26).

A plataforma interna, zona deprimida paralela à linha de costa, apresenta uma inclinação N-S, estando por este facto protegida dos ventos húmidos de Oeste e, ao possuir altitudes inferiores à envolvente que não facilitam a condensação de ar, regista os valores mais baixos de precipitação.

---

<sup>22</sup> In Anuário Estatístico da Região do Algarve (2008), INE.

<sup>23</sup> *Idem*



**Figura 22.** Localização do concelho de Aljezur. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aljezur>



**Figura 23-26.** Algumas das praias da costa Oeste do concelho de Aljezur. Praia do Monte Clérigo (23); Praia da Ursa (24) e Praia da Amoreira (25). Sapal na ribeira de Aljezur, ao chegar à praia da Amoreira (26).  
Fonte 23-25: <http://www.1000olhos.pt/fotografia.php>.  
Fonte 26: [http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2vistas\\_a\\_nao\\_perder/](http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2vistas_a_nao_perder/).

A serra (Figura 27), integrada no planalto central do Maciço Antigo da Península Ibérica, é formada por rochas de xistos argilosos, grauvaques e arenitos, em formas acidentadas e irregulares.

A margem continental Alentejana e Costa Vicentina, onde se integra Aljezur, é constituída por uma sucessão de *horsts* e *grabens*<sup>24</sup>, que testemunham a intensa relação entre a morfologia e as falhas existentes no concelho. Existe nesta zona uma série de falhas, sendo a principal conhecida por falha de Messejana e que afecta a região. Esta fractura tem cerca de 135 km de extensão e orientação NE-SW (MORAIS, 1992). Estes determinismos tectónicos marcam uma região de forte sismicidade, surgindo uma relação directa entre as falhas e a morfologia desta zona. A própria estrutura da rede hidrográfica, os cursos de água e vales, seguem a mesma direcção dessas falhas, marcando um sistema de vales estruturantes, quase perpendicular à linha de costa (MORAIS, 1992).

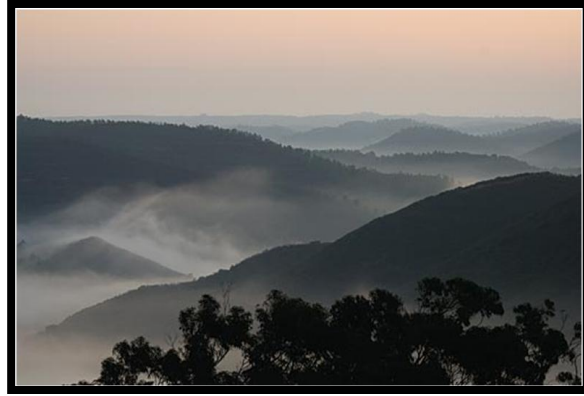
Em termos pedológicos, o concelho apresenta uma grande diversidade, resultante da rocha-mãe e dos factores climáticos que os determinam. Nas áreas de encosta, com declives superiores a 25%, predominam Litossolos de xisto (solos não evoluídos e pouco espessos) onde praticamente não se verifica qualquer vegetação (MORAIS, 1992). No litoral, associados às formações dunares estabilizadas, verificam-se solos areníticos (Regossolos Psamíticos), pouco evoluídos. No fundo dos vales e orlas ribeirinhas existem Aluviosolos, associados a aluviões modernos, não calcários (igualmente solos pouco evoluídos) e; junto à foz das ribeiras, os solos salinos (MORAIS, 1992). Os melhores solos com vocação agrícola encontram-se em duas situações morfológicas distintas: nas terras altas com 10% de declive, vocacionadas para a exploração intensiva de regadio ou para a pastorícia e; nas planícies aluviais das ribeiras ou situações de depressão, também com vocação para regadio intensivo, desde que se proceda a melhoramentos (MORAIS, 1992).

Florística e faunisticamente esta região representa um enorme valor, não integrasse, como já anteriormente referido, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Assim, da vegetação existente destacam-se o Junco, o Loendro, o Caniço, a Silva e o Amieiro como espécies ribeirinhas; a Murta, o Medronheiro, a Aroeira, o Tojo, o Zimbro, o Alecrim, o Rosmaninho e a Esteva, como espécies arbustivas e; a Oliveira, a Alfarrobeira, a Figueira, a Laranjeira, a Amendoeira, o Sobreiro, a Azinheira, o Loureiro, o Pinheiro Manso, o Pinheiro Bravo, o Cipreste, o Choupo-Branco e o Freixo, como espécies arbóreas.

Quanto à fauna, esta é mais rica junto à arribas, dada a sua estrutura recortada, que propicia a escolha destes locais para nidificação e abrigo dos predadores por parte da avifauna. Destacam-se a Gaivota, a Cegonha-Branca, as Águias Sapeira, Pesqueira e a Calçada, o Peneireiro-das-torres, a Perdiz, o Pisco, o Melro, a Carriça, o Rouxinol, o Cartaxo, o Pato Bravo, a Galinha d'água, o Corvo, o

---

<sup>24</sup> Os *horsts* surgem como “resultado de fracturas em rochas pouco plásticas dando origem a relevos caracterizados pela sua rigidez. Assim, *horsts* são blocos levantados, enquanto que *grabens* são blocos abatidos.” (MORAIS, 1992, p.187).



**Figura 27.** Serra algarvia, ao entardecer. Fonte: <http://www.1000olhos.pt/fotografia.php>



**Figura 28-29.** Marisco e peixe, pescados nas águas de Aljezur. Uma das principais actividades económicas da região. Fonte: <http://www.1000olhos.pt/fotografia.php>



**Figura 30-31.** Castelo de Aljezur. Igreja Nova, vista do Castelo. Fonte 30: <http://www.panoramio.com/photo/12146854>  
Fonte 31: <http://www.panoramio.com/photo/2010844>.

Gavião, o Pintassilgo, o Guarda-Rios, o Rouxinol dos Caniços, a Garça Branca e a Garça Pequena, o Trigueirão, o Tentilhão, o Abelharuco e o Pica-Pau, o Falcão peregrino, entre outros.

Dos animais terrestres encontram-se no concelho a Lontra, a Toupeira, o Rato d' água, a Rã verde, o Cágado de carapaça estriada, o Ouriço-Cacheiro, a Lebre, o Coelho, o Javali, o Texugo, a Doninha, o Saca - Rabos, a Raposa, o Furão, as Fuínhas e o Gato-Bravo.

E como não poderia deixar de ser os peixes e moluscos que tanto constituem a gastronomia local como o Sargo, Robalo, Sardinha, Moreia, Carapau, Faneca, Safio, Safia, Dourada, Bezugo, Salema, Corvina, Peixe Porco, Anchova, Abrótea, Caboz, Cavala, Salmonete, Pargo, Raia, Linguado, Enguia, Tainha, Polvo, Lula, Choco, entre outros e; do marisco, os Perceves, Lagostim, Lagosta, Santola, Navalheira, Lavagante, Búzios, Amêijoia Preta e Berbigão, Lingueirão, Caramujos, Lapas, Mexilhão, Ouriços do Mar, Estrela-do-mar e Bugau (Figura 28-29).<sup>25</sup>

## 042. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A situação geográfica, o clima ameno e a riqueza dos solos foram determinantes na fixação de população nesta região desde os tempos pré-históricos, e em muito contribuíram para o desenvolvimento de actividades económicas como a agricultura a que se atribuiu o chamado “celeiro do Algarve” (PEREIRA, 1986, p.37). A pesca foi outra das actividades que atraíram os povos ao território do actual concelho de Aljezur.

56

De todos os povos que se estabeleceram ou tomaram contacto com a costa algarvia – Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos, Visigodos e Árabes – foram os últimos três que mais vestígios deixaram neste território (PEREIRA, 1986). Foi durante a domínio dos Árabes que os primeiros núcleos urbanos começaram a tomar forma. É também atribuído a este povo a construção do Castelo de Aljezur (Figura 30), e do Ribat da Arrifana. O primeiro, erguido no séc. X e classificado como Imóvel de Interesse Público<sup>26</sup>, foi o último castelo a ser conquistado no Algarve, tomado aos mouros no séc. XIII. Embora em mau estado de conservação, mantém a sua cerca de muralhas (séc. XIV) e duas torres, de onde se desfruta de uma “magnífica vista panorâmica: a nascente sobre a imensa várzea de Aljezur e sobre a zona da Igreja Nova” (Figura 31), o Cerro das Mós, ao longe, as serras de Espinhaço de Cão e de Monchique e “a poente sobre o Vale D. Sancho, onde outrora se cultivava o arroz”<sup>27</sup>. O segundo, um convento-fortaleza situado na Ponta da Atalaia, próximo de Vale da Telha, foi fundado em 1130 pelo mestre sufi Ibn Qasî, sendo-lhe atribuídas funções de cariz religioso e militar. Escavações arqueológicas ainda em curso puseram a descoberto um conjunto de

---

<sup>25</sup> In [http://jf-aljezur.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=20&Itemid=38](http://jf-aljezur.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=38) (Consult. Janeiro 2010)

<sup>26</sup> In Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro.

<sup>27</sup> In [http://www.cm-aljezur.pt/portal\\_autarquico/aljezur/v\\_pt-PT/menu\\_turista/turismo/locais\\_interesse/](http://www.cm-aljezur.pt/portal_autarquico/aljezur/v_pt-PT/menu_turista/turismo/locais_interesse/) (Consult. Agosto 2009)

mesquitas e oratórios voltados para Meca, do que aparenta ser um dos maiores Rîbats da Península Ibérica, em extremamente bom estado de conservação.<sup>28</sup>

O legado Árabe enraizado caracteriza fortemente a população algarvia. Os próprios topónimos *Algarve* e *Aljezur* são prova disso, e é-o também a tipologia de habitação que Orlando Ribeiro descreve como *berbere*. Faço uma chamada de atenção neste ponto para salientar que talvez este facto possa estar relacionado com o nome da área de projecto, *Moinho da Berberia*, ou com a simples ocupação destas terras por parte deste povo do norte de África. Foi também durante a ocupação árabe, que durou quatro séculos, que se começaram a estruturar os principais núcleos urbanos do concelho, claramente evidentes nos centros históricos de tantas vilas e cidades algarvias.

Na Idade Média, Aljezur e mais cinco actuais concelhos (Sagres, Loulé, Faro, Tavira e Cacela) completam uma “rede urbana regional sob a dependência de Silves” (MORAIS, 1992, p.131), maior centro urbano de então e centro agrícola regional. Produtos estes que seriam escoados a partir de Lagos e Aljezur, sendo a ribeira de Aljezur navegável por esta altura, o que é confirmado pelo foral de D. Dinis em 1318 (MORAIS, 1991, p.133). Num foral posterior, D Manuel salienta a importância que já então os moinhos de água tinham, tão característicos da paisagem da várzea de Aljezur até há bem poucas décadas.

As características morfológicas deste território permitiram erguer estruturas defensivas, por terra ou por mar, que facilitaram a protecção contra a ocupação do território por outros povos, sendo a produtividade garantida pela elevada fertilidade dos solos, a pesca e as actividades mercantis. Prova destas diversas actividades económicas são os fornos de pão, as azenhas, as salinas e os fornos de telha que vinham sendo construídas e são documentadas nos forais (MORAIS, 1992).

Desde finais do séc. XVII até ao terramoto de 1755, as actividades mercantis terão estagnado, tendo este facto agravado a situação já debilitante em que Aljezur vinha perdendo importância económica, resultado da não navegabilidade das ribeiras (MORAIS, 1992). A principal consequência deste sismo foi a criação de uma nova estrutura urbana que surge mais para o interior, num ponto relativamente mais elevado, onde se ergueu a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Alva ou Igreja Nova, sendo este o topónimo adoptado para o novo aglomerado populacional. A opinião dos autores divide-se quanto à altura em que a ribeira terá deixado de ser navegável. Segundo João Baptista Silva Lopes, referido por Morais (1992, p.195), terá sido até princípios do século XIX, mas no Domingo Ilustrado de 18 de Julho de 1897, Landamann refere que “(...) o movimento marítimo do porto de Aljezur terminaria na segunda metade do século XVIII, em virtude do assoreamento da barra (...)” (cit. in MORAIS, 1992, p.197).

---

<sup>28</sup> In [http://www.cm-aljezur.pt/portal\\_autarquico/aljezur/v\\_pt-PT/menu\\_turista/turismo/locais\\_interesse/](http://www.cm-aljezur.pt/portal_autarquico/aljezur/v_pt-PT/menu_turista/turismo/locais_interesse/)

Do terramoto até finais do século XIX não se verificou nenhuma evolução demográfica significativa, tendo a formação actual do concelho com as quatro freguesias ocorrido em 1855 (MORAIS, 1992).

Nos anos 80 e 90 do século XX verificou-se a expansão de alguns centros urbanos para darem resposta à procura turística. Em questões de ordenamento do território, verificam-se algumas construções que atentam à conservação da natureza ou perturbam sistemas sensíveis da mesma, como é o exemplo do empreendimento do Vale da Telha. Este é um Algarve descoberto pelo turismo tardiamente, o que o salvaguardou do desordenamento observado na costa Sul da mesma região. A compatibilização do turismo com os sistemas naturais não deverá nunca comprometer os valores ambientais e patrimoniais do território, ou inviabilizar outras actividades económicas relevantes como é o caso da agricultura e pesca. “Assim, a manutenção da identidade e da capacidade multifuncional da paisagem seria aqui uma característica distintiva relativamente a outros destinos turísticos” (ABREU *et al.*, 2002, p.140) do Algarve.

## **043. PROJECTO NO MOINHO DA BERBERIA**

### **0431. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL**

58

A localização geográfica deste território no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a sua relação entre mar e serra e a proximidade, ao centro da vila de Aljezur, determinaram a escolha deste local para concretizar as componentes teóricas abordadas (Figura 32). Embora próximo da vila facilmente acessível a pé, este local encontra-se resguardado do burburinho da mesma pela colina a Oeste.

A área destinada ao projecto de aplicação da componente teórica deste trabalho compreende duas diferentes áreas. Uma área compreende um terreno aplanado em tempos usado para agricultura, actualmente em estado de quase abandono, onde se situam duas casas em taipa a necessitar de recuperação e um moinho (Figura 33-34). A outra área, na parte mais a sul, é um montado com associação de sobreiros, medronheiros e mato arbustivo. A separar o montado da primeira área descrita, corria a ribeira da Cerca, hoje na maioria dos meses do ano seca, e um caminho em terra batida que passa paralelamente (Figura 35-37).

Actualmente, ainda é feita a extracção de alguma cortiça, embora essa actividade não constitua o fundo de rendimento dos proprietários. Quanto ao medronho, este não é recolhido para fins comerciais, apenas para consumo próprio dos donos e em pequenas quantidades.

As duas construções em taipa e o moinho de água, remontam a 1850, altura em que se pensa que o “monte” terá sido ocupado, tendo sido o primeiro proprietário um moleiro que aqui vivia e



Figura 32. Localização da propriedade em relação à vila. Fonte: base Goggle Earth, adaptada.



59

Figura 33-34. Casas em taipa caídas, no Moinho da Berberia.



Figura 35-37. Caminho de acesso à propriedade, paralelo à ribeira, em terra batida.



**Figura 38-39.** Vistas junto às casas.



**Figura 40.** Vista das casas para Sul, onde é visível o montado.



**Figura 41-42.** Canal de rega do moinho da Cruz até à várzea (41). Várzea de Aljezur (43)



**Figura 43.** Montado de sobre com medronho, junto à base onde se sente o efeito de anfiteatro.

exercia o seu trabalho (ver vistas em Figura 38-40). A agricultura produzida seria principalmente para consumo dos proprietários, embora juntassem a esta algum rendimento da exploração de cortiça.

O moinho que dá nome à propriedade designa-se por *Moinho da Berberia*, sendo possivelmente o segundo topónimo, como anteriormente já foi referido, uma consequência da ocupação do povo *Berbere* em terras algarvias. Este moinho, juntamente com um a montante (moinho do Vale Pereiro) e outro a jusante (moinho da Cruz) constituíam um sistema de rega tradicional que terminava na várzea de Aljezur (Figura 41-42), onde outros moinhos caracterizavam a paisagem.

Um facto importante a reter é efeito de anfiteatro (Figura 43) em que envolvente montanhosa inscreve a área agrícola e a amenidade climática pela suave brisa que é sentida nos dias de verão, ao contrário do que se verifica na Igreja Nova.

Com esta proposta pretende-se demonstrar e divulgar a importância dos recursos florestais na economia e na identidade cultural e gastronómica da região, em conjunto com outras expressões do património que podem ser salvaguardadas e experienciadas. Por outras palavras, pretende-se demonstrar e divulgar a importância da gestão e conservação da paisagem, que integram os recursos florestais e agrícolas e as actividades a eles associadas, mas também da conservação e da utilização sustentável dos recursos genéticos destes ecossistemas, concretamente o medronho e a cortiça.

61

## **0432. PROGRAMA DO PROJECTO**

A proposta de intervenção e gestão da propriedade do Moinho da Berberia baseia-se na apresentação de um programa que sugere acções a desenvolver nas duas áreas descritas (antiga área agrícola e montado), com o objectivo de promover uma vivência no espaço e acções pedagógicas e de conhecimento do património material e imaterial da região (Figura 44).

Propõe-se então a criação de um centro que inclua as vertentes turísticas, pedagógicas e ambientais. Não se designaria de turismo rural uma vez que essa actividade não teria condições de ser desenvolvida em pleno, mas prevê-se a possibilidade de algum alojamento que sirva de apoio a esta actividade e fornecer informação relativa a um turismo de natureza e a divulgação do património cultural local. Pretende-se a criação de um pólo atractivo de sinergias que dinamize relações com outras estruturas do concelho, numa ligação em rede, que se auto-sustente e que seja original na sua forma de financiamento e de criação de actividades. Um centro de promoção das potencialidades turísticas do concelho tendo em conta a proximidade do mar, da montanha, de locais históricos, de locais com interesse natural ou cultural. Um espaço que possibilitasse aos seus visitantes pernoitar, recolher informações sobre percursos pedestres ou de bicicleta, ou sobre locais de interesse. Pretendendo ser um espaço de interacção com o meio, seria possível, a instalação numa das casas



- |                   |                             |
|-------------------|-----------------------------|
| ● Moinho de água  | — Canal de rega tradicional |
| ● Moinho de vento | — Limite da área agrícola   |
| ● Azenha          | — Limite da área de montado |
| ● Poço            |                             |

**Figura 44.** Carta de Património Material. Escala 1:10 000

de uma cavalariça e de uma oficina para alugar bicicletas, actividades complementares de um sistema de alojamento.

Assim, a primeira acção diz respeito à recuperação das casas em taipa, que seriam o suporte das opções programáticas, do moinho de água (azenha) e do moinho de puxar a água. Associada a esta recuperação seria também interessante a restauração do sistema de regadio tradicional onde se inclui a azenha, que serviria como exemplo de gestão de energia e de divulgação de práticas antigas. Seria também interessante associar estes moinho aos de vento mas, uma vez que já existem dois recuperados no concelho, poderiam estes ser integrados em visitas turísticas divulgadas no local, como uma rota dos moinhos e explicação do seu funcionamento, dada a sua relevância no património local.

A área agrícola (ver figuras 45 e 46) ficaria assim destinada à zona de recepção, acolhimento, apresentação do espaço e local de actividades que necessitassem de infra-estruturas de apoio, ao mesmo tempo que realizaria uma actividade agrícola pedagógica de cultivo de produtos locais como a batata-doce, associada à criação de alguns animais. Seria também neste espaço que seria feita a divulgação de formas de artesanato, usando os materiais recolhidos como a cortiça, da gastronomia e dos produtos locais. Neste local poderiam ser confeccionados pratos típicos em mostras que aqui decorressem, desde o sargo grelhado, aos pastéis de batata-doce, passando pelos perceves e não esquecendo a aguardente de medronho.

63



**Figura 45-46.** Visualização actual e proposta para a área agrícola.

A vertente produtiva desta propriedade passa pela recepção dos visitantes e promoção do contacto destes com o meio envolvente, mas também com o rendimento gerado por alguma exploração. Dentro destas acções podemos incluir actividades que se desenvolvem no montado como a extracção da cortiça, do medronho e a produção de mel. A cortiça poderia ser vendida para transformação nos diversos produtos de que é matéria-prima e usada no artesanato vendido no local (figuras 47 e 48). O medronho poderia ser vendido nos mercados ou transformado para a produção de aguardente. Desta forma, os pequenos produtores do concelho poderiam unir-se e levar este fruto a uma destilaria legalizada em Monte Novo (uma localidade próxima de Aljezur). A colaboração com uma destilaria existente estimularia um modelo de funcionamento em rede essencial à viabilidade de um projecto que se pretende aberto e promotor do desenvolvimento local. A riqueza em biodiversidade conseguida no montado poderia dar origem a diferentes tipos de mel, distribuindo por zonas de maior predominância de uma determinada espécie florística.



**Figura 47-48.** Visualização actual e proposta para a área a sul, junto ao montado.

A localização das colmeias (figura 49) requer-se resguardada, pelo que a sua disposição seria na parte mais a sudoeste, não interferindo assim com trilhos turísticos. Dado o interesse faunístico da região, seria também exequível um posto de observação de avifauna também na zona do montado, o que seria atractivo para turistas do Norte da Europa.



**Figura 49.** Visualização da área de colmeias.

A utilização do montado e a estruturação de fáceis acessos que facilitassem a sua exploração, bem como a limpeza da mata, seriam também benéficos para a prevenção de incêndios. A observação da tiragem da cortiça, leva à divulgação de um produto sustentável, reciclável e biodegradável, devendo ser precedido da explicação dos seus múltiplos usos, contributo para a sustentabilidade do sistema de montado e da economia locais.

O acompanhamento, informação e aproximação dos visitantes ao território seria integrado nas actividades de exploração do montado sendo possível participar na apanha do medronho, em visitas guiadas à destilaria, na observação da tiragem da cortiça (uma vez que esta actividade requer mãos experientes), na confecção de pratos típicos ou na agricultura pedagógica. Nos trilhos traçados no montado seria também possível a observação da flora riquíssima específica deste e a identificação e recolha de algumas espécies de cogumelos com acompanhamento de pessoal especializado.

Fora da propriedade poderiam ser elaborados caminhos percorráveis de bicicleta ou a cavalo, ligando pontos de interesse do concelho, sendo aqui disponibilizada informação de uma rede turística alternativa e que gere dinâmicas. A apreciação destes trilhos leva a um conhecimento da paisagem local, promovendo uma forma de turismo de natureza.

A componente ambiental do projecto, o aumento da biodiversidade faunística e florística seria assegurada pela diversificação dos usos do montado e da agricultura. Esta, embora de pequena escala, para além de mostrar um produto local (batata-doce), teria uma componente principalmente pedagógica pelas boas práticas ambientais executadas. Também deste ponto de vista seria importante estabilizar as vertentes da ribeira com vegetação adaptada, uma vez que estas têm sido consecutivamente destruídas pela erosão (figuras 50 1 51).



**Figura 50-51.** Visualização da requalificação das vertentes da ribeira.

Estas actividades não aparecem isoladas umas das outras, muito pelo contrário. A ideia da multifuncionalidade passa também pela relação que estas actividades têm entre si e de que forma se condicionam e limitam. Por exemplo, a apanha do medronho, constituindo uma actividade de lazer inserida em passeios pelo montado, leva ao conhecimento de actividades e produtos locais como a aguardente, podendo mesmo ser observada e explicada a sua elaboração numa destilaria próxima, o que fortalece as ligações em rede que se pretendem com este projecto.

O conhecimento e valorização do património local (técnicas de arquitectura tradicional em taipa, diferentes tipos de moinho e regadio tradicional, confecção ou extracção de produtos locais como a aguardente de medronho ou a cortiça) constituem as bases do modelo de desenvolvimento pretendido para este espaço. Ao mesmo tempo, contribuem para a valorização da identidade local como factor de promoção turística de vivência do território. Um modelo que se pretende flexível e adaptável a contextos semelhantes, mas que nunca poderá nem deverá ser transposto integralmente, apenas estudadas as suas dinâmicas no sentido de as estabelecer localmente. Poderia no entanto contribuir para o desenvolvimento e divulgação de boas praticas de gestão num terreno tão próximo de áreas incluídas em Rede Natura 2000.

Apesar de todas as actividades possíveis de realizar no terreno e das relações existentes entre elas, a gestão multifuncional responde aos mercados e a sua gestão teria de ser recalculada de modo a otimizar o que fosse mais rentável, sem entrar em conflito o modelo de desenvolvimento rural pretendido.

Estes espaços poderão assim constituir núcleos de divulgação dos valores ecológicos e das potencialidades associadas ao desenvolvimento agro-florestal de propriedades em contextos semelhantes, readaptando-os e atribuindo-lhes novas funções, que se baseiam na diversificação e oferta de produtos e serviços para diferentes mercados, adaptados a cada contexto. Desta forma, num mercado global e cada vez mais competitivo, este complexo pretende mostrar-se menos vulnerável às flutuações do mesmo, ao escoar produtos para diversos sectores e podendo otimizar a sua produção. Simultaneamente, a possibilidade de integração do turismo em actividades de exploração locais, como a tiragem da cortiça (não realizada pelos turistas pois requer conhecimento de uma mão de obra especializada) ou a apanha do medronho e posterior transformação numa destilaria do concelho, permite divulgar a cultura do medronheiro e do montado de sobro, pela sua relação com o uso sustentado da floresta, nos seus aspectos sociais, culturais e paisagísticos, levando a uma aproximação das comunidades e de quem procura estes produtos ao território.

Por outro lado, a conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos autóctones, é, nos dias de hoje, uma actividade de importância crucial para a manutenção da biodiversidade, das paisagens e conservação da natureza, estando assim pretende o papel ambiental que um projecto neste contexto tem de ter. A condição gerada pela implementação destas actividades, pretende ter um impacto positivo ao nível da criação de postos de emprego (associado ao turismo e a outras actividades) e melhorar a qualidade de vida para as populações locais sem renunciarem ao meio rural, valorizando o património cultural e a identidade, o respeito pelo ambiente e biodiversidade, constituindo a forma de desenvolvimento pretendida.

## CONCLUSÃO: RELAÇÃO ENTRE MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO RURAL

(Re)pensar a multifuncionalidade da paisagem como componente integral de desenvolvimento rural afigura-se como uma emergente perspectiva que converge para o interesse geral do território, o interesse das populações rurais e que responde aos consumidores, locais ou não, que podem beneficiar dos produtos da paisagem e do seu património.

Uma estratégia de promoção do território passa antes de mais pelo profundo conhecimento deste, das suas potencialidades, explorando os seus valores endógenos, recursos e o seu património. Passa por uma aposta de marketing, com inteligência, enquanto valor, promovendo e dando a (re)descobrir as especificidades de cada território, que tem como finalidade a venda de um produto de qualidade, que tem em conta o património em todas as suas componentes, cultural, natural, gastronómica, artesanal e também o património construído. Deste modo, a multifuncionalidade da paisagem e o desenvolvimento rural relacionam-se contribuindo assim directa e indirectamente para a criação de emprego e de riqueza. As actividades desenvolvidas em meio rural podem contribuir para reunificar as economias do rural, localizando nestes pequenos aglomerados muitas das iniciativas relacionadas com a utilização do espaço, criação de postos de emprego e fixação de população.

A nova visão de uma agricultura multifuncional torna-se um factor chave para o carácter multifuncional de um todo que é a paisagem e para o desenvolvimento rural, ao promover condições que fixam as populações, valorizam os produtos locais e desempenham uma gestão integrada do espaço. Esta abordagem pode transformar os conflitos em convergências de interesses, geradores de mais valias para as zonas rurais, e para a sociedade em geral, tanto em termos económicos, como em termos de novos laços de coesão social. Trata-se de uma aproximação ao território, de o viver em todas as suas valências que têm como consequência um maior conhecimento e ligação ao mesmo, e subsequentemente um maior respeito por este.

É importante também salvaguardar a relevância que o património possui e a ligação que estabelece entre a multifuncionalidade da paisagem rural e o desenvolvimento deste território. O património ressalta “da memória das pessoas para a história dos lugares” (BAPTISTA, 2007/2008, I, p.9), e ao mesmo tempo faculta aos residentes uma dimensão diferente no relacionamento com o espaço onde habitam. O interesse por parte dos turistas e de pessoas exteriores a uma comunidade pelo património pode fortalecer esta relação, ao intensificar as iniciativas locais. Iniciativas essas, maioritariamente serviços no sector terciário, geradores de emprego e de sinergias positivas para a fixação e melhoria da qualidade de vida das populações no mundo rural. A relevância dada ao património pretende mostrar a forma positiva que a sua valorização e divulgação têm no

fortalecimento da relação das populações locais com o território ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento local pela criação diversificada de possíveis actividades.

Assim, a multifuncionalidade leva a repensar radicalmente a forma de conceber o desenvolvimento local, quer esta se concretize ao nível particular da agricultura, ou ao nível mais abrangente da paisagem rural, vista como uma condição intrínseca da agricultura actual ou como objectivo de uma metodologia a seguir. Esta visão passa de estritamente sectorial e empresarial a uma abordagem integrada, territorial, de dimensão colectiva e com ligações com actores de outros sectores. Uma abordagem holística, que englobe as componentes ambiental, cultural e económica sobre a agricultura, que procura compreender os factores-chave da mudança social que se fizeram sentir nas últimas décadas, como forma de alicerçar o presente e o futuro das paisagens rurais, será sempre uma mais valia na gestão de qualquer território.

## LIVROS E ARTIGOS

- ABREU, A. C. d'; CORREIA, T. P. & OLIVEIRA, R. (2002). **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal**. DGOTDU, Lisboa. Volume 05, 218pp.
- ALVES, M. (1994). As possibilidades do desenvolvimento local. In **O Desenvolvimento Local é Possível?** FORUM-SPER (Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais). pp.17-26
- ARISTÓTELES (2004) (séc. IV a.C.). *Ética a Nicómano*. Quetzal, Lisboa. Tradução portuguesa de António de Castro Caeiro
- BAPTISTA, F. O. (2007/2008).(I) **A transição rural e o património**. 10pp., Apontamentos de Desenvolvimento Rural, ISA-UTL.
- BAPTISTA, F. O. (2007/2008) (II). **Desenvolvimento Rural**. Apontamentos de Desenvolvimento Rural, ISA-UTL. 27pp.
- BAPTISTA, F. O. (2007/2008).(III) **Opções para o Desenvolvimento**. Apontamentos de Desenvolvimento Rural, ISA-UTL. 11pp.
- CARVALHO, P. (2001). Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da serra da Lousã. Desafio ou Utopia?. In **Actas do I Congresso de Estudos Rurais (I CER)**. UTAD, Vila Real. 23pp.
- CARY, F. C. (1994). Paisagem e Agricultura. In ABREU, M. C. d' (coord.) (1994). pp. 47-66. **Paisagem**. DGOTDU, Lisboa. 142pp.
- CORREIA, T. P. (2007) (I). **Multifuncionalidade da Paisagem Rural: novos desafios à sua análise**. 5pp. In [http://www.angra.uac.pt/ggcn/downloads/mgcn\\_pico\\_2007\\_ecpai.pdf](http://www.angra.uac.pt/ggcn/downloads/mgcn_pico_2007_ecpai.pdf) (Consult. Agosto 2009)
- CORREIA, T. P. (2007). (II). Novas perspectivas para a Paisagem Rural: o desafio da multifuncionalidade.. In BORRALHO, R.; CORREIA, T.P. & SOUSA, C. (coords) (2007).pp. 4-6. **Seminário: Turismo no Espaço Rural e Multifuncionalidade da Paisagem. AMAP, Universidade de Évora**. 20pp. <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=86&lang=pt> (Consult. Agosto 2009)
- CORREIA, T. P.; BREMAN, B.; JORGE, V. & DNEBOSKÁ, M. (2006). **Estudo sobre o abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural. Tipologia de áreas rurais**. Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico. 214pp.
- CORREIA, T. P.; BARROSO, F.; MENEZES H.; SANTOS, T. & TAVEIRA, R. (2007) Que Multifuncionalidade da Paisagem Rural: sinergias e conflitos entre agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**. UALG, Faro. In [http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/MTPC\\_EtAl\\_com.pdf](http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/MTPC_EtAl_com.pdf) (Consult. Agosto 2009)
- COSTA, A. & PEREIRA, H. (2007). Montados e sobreirais: uma espécie, duas perspectivas. In SILVA, J. S. (coord.) (2007), pp.17-37. **Os Montados – Muito para além das árvores**. Público/Comunicação Social, S.A/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa. Volume 03 - Árvores e Florestas de Portugal. 247pp.
- DE GROOT, R. (2006). Function-analysis and valuation as a tool to access land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes. **Landscape and Urban Planning**, nº 75.175-186pp.

DESURVIE, D. (1996). *Une naissance attendu dans l'art et du tourisme: la Fondation do patrimoine*, in *Espaces – Revue Technique du Tourisme et des Loisirs*, nº 142, novembre-décembre, S.A.R.LETE, Paris. pp. 57-61

DICIONÁRIO ONLINE DA PORTO EDITORA.

In <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/desenvolvimento> (Consult. Setembro 2009)

DOMINGUES, Á. (2009). Paisagem e Identidade: à beira de um ataque de nervos. In LOURO, N. & CAMPOS, P. C. (2009) pp.24-57 **Duas Linhas**. Louro/N. e Campos/P. C. (ed.), Lisboa. 224pp.

FERRÃO, J. (2000). **Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano – Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro**. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia – ISCTE, Lisboa. pp.45-54

FONSECA, A. M. (2002). **História do Montado – do fim da Idade Média ao início da Época Moderna**. 20pp.  
In [http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=3&cid=8093&bl=1&section=3&viewall=true#Go\\_3](http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=3&cid=8093&bl=1&section=3&viewall=true#Go_3) (Consult. Janeiro 2010)

FREITAS, H. **Sobre a importância da conservação dos Montados**.  
In <http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=21&cid=13669&bl=1> (Consult. Janeiro 2010)

GIRARDI, F. (1983). **Morfologia territoriale e urbana**. Casa del Libro, Roma. 129pp.

INE (2008). **Anuário Estatístico da Região do Algarve**. Lisboa. 346pp.  
[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=79280987&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=79280987&PUBLICACOESmodo=2) (Consult. Janeiro 2010)

MARTINHO, V. J. P. (2000). Reflexões Sobre o Desenvolvimento Rural Nacional. In **Revista Millenium**. Ano 5,. Instituto Politécnico de Viseu, Viseu. 19pp. In [http://www.ipv.pt/millenium/19\\_spec10.htm](http://www.ipv.pt/millenium/19_spec10.htm) (Consult. Abril 2008)

MACHADO, J. P.(2003). **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Livros Horizonte, Lisboa. Volume.04, 281pp.

MAGALHÃES, M. R. (2001). **A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade**. Editorial Estampa, Lisboa. 525pp.

MENDES, A. M. S. C. (2007). O Sobreiro ao longo dos tempos. In SILVA, J. S. (coord.) (2007), pp.77-106 **Os Montados – Muito para além das árvores**. Público/ Comunicação Social, S.A/ Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento,.Lisboa. Volume 03 - Árvores e Florestas de Portugal. 247pp.

MORAIS, J. S. (1992). **Organização Espacial na Costa Vicentina – Estrutura e Forma para um Modelo Urbano de Desenvolvimento**. Dissertação para Doutoramento, Faculdade de Arquitectura – UTL, Lisboa. 420pp.

MOREIRA, M. B. (2001). **Globalização e Agricultura**. Celta Editora, Oeiras. 225pp.

NUNES, J.F. (2009). **Território e Paisagem**. Programa Câmara Clara, RTP2, nº 152, 22 de Novembro de 2009.  
In <http://camaraclara.rtp.pt/> (Consult. Novembro 2009)

OCDE (2001). **Multifunctionality, Towards na Analytical Framework**. OCDE Publications, Paris. 27pp.

ONOFRE, N. (2001). **A rolha, os montados e a fauna**.  
In <http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=2&cid=3032&bl=1&section=1> (Consult. Janeiro 2010)

PEREIRA, M. L. E. de V. S. (1986). **Um Museu em Aljezur – Preservação do Património Algarvio**. In *Revista Espaço Cultural*, nº1, Dezembro. Edição da Câmara Municipal de Aljezur, Aljezur. 40pp.

SEN, A. (2003). **O Desenvolvimento como Liberdade**. Gradiva, Lisboa. 383pp.

SILVA, J. S. (2007) (I). Introdução. In SILVA, J. S. (coord.) (2007). pp. 9-11. **Os Montados – Muito para além das árvores**. Público/Comunicação Social, S.A/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa. Volume 03 - Árvores e Florestas de Portugal, Lisboa. 247pp.

SILVA, J. S. (2007) (II) Glossário. In SILVA, J. S. (coord.) (2007). pp. 231-242. **Os Montados – Muito para além das árvores**. Público/Comunicação Social, S.A/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa. Volume 03 - Árvores e Florestas de Portugal, Lisboa. 247pp.

THIRION, S.; ALVAREZ, L. & VAN ROOSBROECK, P. (2003) (I). Agricultura e desenvolvimento local. De uma política agrícola comum a uma política de desenvolvimento rural. In THIRION, S. & CAVACO, C. (coords.) (2003) pp. 11-28. **O Desenvolvimento Local em Meio Rural face ao Desafio da Sustentabilidade - Os ensinamentos de 10 anos de Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal através de 16 cadernos temáticos da Célula de Animação da Rede LEADER II**. Luís Chaves Ed., Lisboa. 365pp.

THIRION, S. & ALVAREZ, L. (2003) (II). Agricultura e desenvolvimento local. Integrar a agricultura no desenvolvimento rural. In THIRION, S. & CAVACO, C. (coords.) (2003) pp. 29-56. **O Desenvolvimento Local em Meio Rural face ao Desafio da Sustentabilidade - Os ensinamentos de 10 anos de Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal através de 16 cadernos temáticos da Célula de Animação da Rede LEADER II**. Luís Chaves Ed., Lisboa. 365pp.

THIRION, S. & AMRI, N. H. (2003) (III). Desenvolvimento sustentável. In THIRION, S. & CAVACO, C. (coords.) (2003) pp. 299-332. **O Desenvolvimento Local em Meio Rural face ao Desafio da Sustentabilidade - Os ensinamentos de 10 anos de Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal através de 16 cadernos temáticos da Célula de Animação da Rede LEADER II**. Luís Chaves Ed., Lisboa. 365pp.

VEJRE, H; ABILDRUP, J.; ANDERSEN, E.; ANDERSEN, P. S.; BRANDT, J.; BUSCK, A.; DALGAARD, T.; HASLER, B.; HUUSOM, H.; KRISTENSEN, L. S.; KRISTENSEN, S. P. & PRÆSTHOLM, S. (2007). Multifunctional agriculture and multifunctional landscapes – land use as interface. In MANDER, Ü; HELMING, K. & WIGGERING, H. (2007) pp. 93-104. **Multifunctional land use - Meeting Future Demands for Landscape Goods and Services**, Springer Berlin Heidelberg, Berlin.

WILSON, G. A. (2009). **The spatiality of multifunctional agriculture: A human geography perspective**. Geoforum, n°40, pp. 269-280. In <http://www.elsevier.com/locate/geoforum> (Consult. Agosto 2009)

## LEGISLAÇÃO

**Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro**. Diário da República – I Série N.º 226 – 29 de Setembro de 1977. In [www.dre.pt](http://www.dre.pt).

**Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto**. Diário da República – I Série N.º 162 – 22 de Agosto de 2008. In [www.dre.pt](http://www.dre.pt).

**Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março**. Diário da República – I Série N.º 63 – 31 de Março de 2009. In [www.dre.pt](http://www.dre.pt).

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/95, de 21 de Novembro**. Diário da República – I-B Série N.º 269 – 21 de Novembro de 1995. In [www.dre.pt](http://www.dre.pt).

## SITES

<http://camaraclara.rtp.pt/> (Consult. Dezembro 2009)

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/desenvolvimento> (Consult. Setembro 2009)

<http://whc.unesco.org/en/news/143> (Consult. Janeiro 2010)

<http://www.ppag.at/cms/index.php> (Consult. Dezembro 2009)

[http://www.cm-aljezur.pt/portal\\_autarquico/aljezur/v\\_pt-PT/menu\\_turista/turismo/locais\\_interesse/](http://www.cm-aljezur.pt/portal_autarquico/aljezur/v_pt-PT/menu_turista/turismo/locais_interesse/) (Consult. Agosto 2009)

[http://jf-aljezur.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=20&Itemid=38](http://jf-aljezur.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=38) (Consult. Janeiro 2010)

<http://nacopadasarvores.blogspot.com/2008/04/portugal-natural-sobreiro-quercus-suber.html>. (Consult. Janeiro 2010)

[http://botany.csd.tamu.edu/FLORA/Wilson/ftp/ham/koehler\\_mbg\\_254.jpg](http://botany.csd.tamu.edu/FLORA/Wilson/ftp/ham/koehler_mbg_254.jpg) (Consult. Janeiro 2010)

[http://www.flickr.com/photos/question\\_everything/galleries/72157623045131889/](http://www.flickr.com/photos/question_everything/galleries/72157623045131889/) (Consult. Janeiro 2010)